

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ISADORA WERNECK DE ANDRADE

**A RELIGIÃO COMO EXPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM  
OS VALORES EDUCACIONAIS E FORMAS DE CONDUTA**

CAMPINAS/SP

2013

Universidade Estadual de Campinas  
Faculdade de Educação

Isadora Werneck de Andrade

**A religião como expressão social e política e sua relação com os valores educacionais e formas de conduta.**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para a obtenção do título de Pedagoga do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo**

Campinas

2013

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

An24r

Andrade, Isadora Werneck de, 1990-

A religião como expressão social e política e sua relação com os valores educacionais e formas de conduta / Isadora Werneck de Andrade. – Campinas, SP: [s.n.], 2013.

Orientador: Silvio Donizetti de Oliveira Gallo.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação.

1. Religião. 2. Educação. 3. Valores (Filosofia). 4.  
Doutrina. 5. Moral. I. Gallo, Silvio, 1963- II. Universidade  
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

13-134-BFE

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço meus companheiros e companheiras de faculdade e amigos e amigas próximos que contribuem constantemente para minha formação em momentos formais e informais.

Agradeço a toda minha família, em especial à minha mãe, por todo apoio e incentivo no decorrer da minha vida educacional, demonstrando interesse, respeito e gratificação por minhas reflexões e trabalhos.

Agradeço a todos os professores e professoras que tive contato, como aluna ou colega, que contribuíram com meu desenvolvimento, me apoiando e me inspirando de diversas formas em relação à minha escolha profissional.

Agradeço ao professor Silvio Gallo por me apresentar reflexões antiteológicas relacionadas à uma perspectiva libertária de educação que me animaram e me inspiraram na formulação do trabalho e por me orientar no decorrer da escrita deste, me dando força e contribuindo para seu aprimoramento.

Com efeito, qual é a essência real de qualquer religião? É precisamente este sentimento de absoluta dependência do indivíduo passageiro em relação à eterna e onipotente natureza.

Mikhail Bakunin

## **RESUMO**

### **A RELIGIÃO COMO EXPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM OS VALORES EDUCACIONAIS E FORMAS DE CONDUTA.**

AUTORA: ISADORA WERNECK DE ANDRADE

ORIENTADOR: PROF. DR. SILVIO DONIZETTI DE OLIVEIRA GALLO

O trabalho faz um estudo sobre o significado e influência do fenômeno religioso nas sociedades a partir, principalmente, das perspectivas de Èmile Durkheim e Mikhail Bakunin, reconhecendo a religião como uma expressão social intimamente ligada à forma de organização social e educacional. Mas sem esquecer que ela faz parte de uma manifestação natural do homem em relação ao sentimento de admiração e incapacidade frente à ordem inegável dos seres e acontecimentos naturais. Desta maneira, a partir de uma perspectiva histórica das ações da Igreja Católica, instituição religiosa de maior poder e influência do mundo ocidental, as reflexões do trabalho inferem sobre a relação desta com o Estado e, especificamente, com o meio educacional. Enfim, percebendo a religião como um produto individual e coletivo determinado por contextos históricos, sociais, culturais e políticos, o trabalho traz a discussão deste fenômeno dentro do contexto educacional escolar, de maneira que questiona os valores educacionais e regras de conduta e moral – o que, no limite, repensa toda a organização social e, conseqüentemente, toda estrutura e relação educacional escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religião; valores educacionais; Igreja Católica; doutrinas; moral; educação.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>1 – Religião como uma expressão social.....</b>	<b>06</b>
<b>1.1 - A religião como fenômeno social e manifestação racional.....</b>	<b>06</b>
<b>1.2 O sagrado e o profano e suas forças na vida dos indivíduos.....</b>	<b>10</b>
<b>1.3 As crenças religiosas e sua força social.....</b>	<b>15</b>
<b>1.4 Religião e submissão humana: as críticas de Bakunin.....</b>	<b>24</b>
<b>2 – Uma perspectiva histórica da Igreja Católica como uma relevante figura política....</b>	<b>32</b>
<b>3 – A religião em sua relação com os valores educacionais.....</b>	<b>50</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>59</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>73</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>76</b>
<b>Pôster.....</b>	<b>76</b>

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo discutir a natureza, o significado e a influência da vida religiosa na sociedade e, mais especificamente, nos valores educacionais passados dentro e fora da escola. O estudo da religião foi feito, principalmente, com base nas perspectivas de Émile Durkheim e Mikhail Bakunin, a fim de perceber o fenômeno religioso como criador de valores determinados, que constantemente formam e são formados pela sociedade e, sendo assim, são determinados por um contexto religioso e social específicos.

Neste trabalho, a religião é considerada como uma instituição e fenômeno social, de maneira que é vista como um produto individual e social determinado por contextos históricos, sociais e culturais. Percebendo as influências psicológicas e morais nos indivíduos, o trabalho se propõe, também, a pensar o questionamento e a discussão acerca deste fenômeno dentro do contexto educacional escolar. Consequentemente, são questionadas a universalidade e a naturalidade de alguns valores e princípios presentes na sociedade de forma geral.

Minhas inquietações a respeito do ensino religioso começaram a partir de discussões sobre a validade e sobre o formato deste nas escolas regulares. Eu havia sutilmente entrado em contato com visões sociológicas e psicológicas da religião, e questionei a possibilidade de aulas de religião que trouxessem a discussão deste fenômeno, suas influências, e sua trajetória histórica a fim de esclarecer suas origens, principalmente das crenças, valores e moral. Retirando, assim, o caráter de verdade universal absoluta ao perceber que, como uma construção humana, social, histórica e cultural, estas ideias não apenas não são incondicionais, como também são passíveis de discussão e de subversão. A partir de então comecei a pensar o papel e a importância da religião em uma sociedade e sua influência na



ética, nos valores e morais sustentados socialmente e comecei a notar que as influências religiosas estão presentes em quase todos os lugares e discussões.

Assim, toda a discussão acerca do conceito de religião, do papel desta na sociedade e de suas influências e valores não só ganhou um novo sentido pra mim, como também me pareceu de extrema importância. Enfim, percebi como este tema é, na realidade, um tema que tem muito a se discutir, ainda mais considerando as discussões e ideologias presentes nas políticas públicas. Diante disso tudo, percebo a importância de se discutir o ensino religioso, pois ele, como o Estado, apresenta a religião para a sociedade - e ela tem inúmeros conceitos, discussões e significados diferentes, que são muito ricos para a discussão e formação dos indivíduos.

Além disso, percebi a discussão do conceito e das atuações religiosas como uma forma de elucidação e conscientização a respeito da própria organização social. Neste sentido, acredito ser interessante reforçar a importância de um ensino "religioso-laico"<sup>1</sup> que tenha a discussão e o questionamento de toda ideologia e religião que nos são impostas na forma de valores e morais.

Portanto, o trabalho se pauta em algumas questões principais. Qual é o papel da religião nas sociedades? Até que ponto os valores educacionais brasileiros refletem os valores religiosos oficiais no Brasil? Seria possível que o ensino religioso pudesse, dentro das escolas, fazer a reflexão do fenômeno religioso e dos valores educacionais, como uma forma de elucidação? Qual seria, entretanto, a possibilidade deste ensino religioso dentro de um Estado laico? Ou seria caso de questionar toda a estrutura educacional, como uma educação que se desvencilhe destes valores pré-colocados?

---

<sup>1</sup> Entendo como ensino "religioso-laico" o ensino do fenômeno religião a partir de sua história e papel social, sem necessariamente o ensino de uma ou mais religiões específicas. Esta ideia será mais explorada na conclusão do trabalho.

Para iniciar esta discussão, considere relevante, primeiramente, pensar como os valores religiosos estão presentes na estrutura social de uma maneira geral, ou seja, refletir sobre a religião a partir de uma perspectiva de um fenômeno social.

A discussão acerca da definição de Religião é bastante complexa, pois traz diversas perspectivas, as que defendem que a religião é um ato de fé, um a priori da sociedade e, portanto, algo não passível de discussão; as que consideram cada religião em sua especificidade cultural e histórica e, portanto, fazem a discussão de cada uma das religiões e não de um conceito geral; e, por fim, as que procuram investigar o conceito de religião em si, o seu significado e seu papel na sociedade.

Partindo do pressuposto de que existe uma similaridade entre as religiões, a religião compõe um conceito e, por estar presente em todas as sociedades, pode ser considerada uma construção social de realidade e de sentidos. Desta maneira, o desenvolvimento do trabalho se dá sob uma perspectiva de religião como um fenômeno social, criador de moral e valores determinados.

Percebo como é extremamente complicado e complexo questionar a instituição religiosa e os valores que ela determina, pois esta discussão envolve não apenas credibilidades internas absolutas como também fortes sentimentos coletivos. Esta dificuldade, por outro lado, demonstra como temos a religião como algo intrínseco e, então, mostra a importância de se dissecar este assunto. Neste sentido, percebo que o ensino religioso nas escolas deveria trazer toda essa discussão acerca dos conceitos e dos significados de religião, colocando-a como um fenômeno social, não apenas como formador de realidades e de sentidos, mas também como fenômeno social de fé.

A religião como fenômeno social que pretendo apresentar é a religião como algo que surge dentro de um grupo de pessoas e se descola dele, ou seja, ao mesmo tempo em que

depende dos indivíduos para ser praticada, ela tem um funcionamento quase autônomo. Esta é uma perspectiva sociológica bem explicitada por Emile Durkheim.

O conjunto de crenças e de sentimentos comuns entre os membros de uma mesma sociedade, forma um sistema determinado que tem sua vida própria; podemos chamá-la de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem como substrato um órgão único; é, por definição, difusa, ocupando toda a extensão da sociedade; mas nem por isso deixa de ter características específicas, que a tornam uma realidade distinta. Com efeito, ela é independente das condições particulares em que se situam os indivíduos. Estes passam, ela fica. É a mesma no Norte e no Sul, nas grandes e nas pequenas cidades, nas diferentes profissões. Por outro lado, não muda em cada geração, mas ao contrário liga as gerações que se sucedem. Portanto, não se confunde com as consciências particulares, embora se realize apenas nos indivíduos. É o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, condições de existência, seu modo de desenvolvimento, exatamente como os tipos individuais, embora de outra maneira. (DURKHEIM, 1995, p. 46)

As religiões transmitem, assim, autoridades, através de saberes, que direcionam a vida dos fiéis, mas seu sentido e sua origem não são sempre evidentes. A vida religiosa está misturada com a vida social de tal forma que algumas coisas se intrincam fortemente, como a moral e os valores, e não percebemos que acreditamos em regras sociais e não regras superiores (religiosas) – regras gerais de comportamento humano -, e que, inclusive, por isso, devem ser discutidas. A religião se naturaliza e se torna parte de uma cultura, mas uma cultura determinada por uma forma específica de ver o mundo, então, porque não colocar isso em discussão?

No primeiro capítulo trarei a discussão do fenômeno religioso a partir das perspectivas de Durkheim e Bakunin, tentando perceber sua natureza e suas expressões sociais. No capítulo seguinte, trago uma perspectiva histórica da Igreja Católica, por ser a instituição religiosa e religião mais influente dos últimos milênios, com o objetivo de compreender um pouco mais seu papel na educação e nos valores, especificamente no Brasil. Finalmente, o terceiro capítulo traz a discussão para o contexto educacional propriamente dito, pensando o ensino religioso e a influência da religião no país. Por fim, nas reflexões finais, procuro relacionar os conceitos apresentadas no primeiro capítulo com a história e as influência

educacionais pensadas nos dois outros capítulos a fim de refletir sobre as influências religiosas reproduzidas diariamente e educacionalmente e, enfim, pensar em uma proposta de ensino religioso que abarque a discussão feita no decorrer do trabalho.

# **1– Religião como uma expressão social**

## **1.1 - A religião como fenômeno social e manifestação racional**

Para poder pensar as influências das crenças e moral religiosas na educação, considere necessário realizar, primeiramente, uma reflexão sobre o fenômeno religioso em si, pensando o que é a religião e quais suas funções, significados e influências na sociedade. Para isso, me embasei no estudo de Emile Durkheim em *As formas elementares da vida religiosa*, em algumas reflexões de Mikhail Bakunin a respeito da religião e da Igreja, no livro *O que é Religião* de Rubem Alves e em outras contribuições de enciclopédias e artigos.

A Religião está presente na história do ser humano há milhares de anos, é um fenômeno que acompanha as sociedades desde suas formações primitivas. Atualmente, temos uma grande diversidade religiosa, que acompanha o desenvolvimento e a complexidade da sociedade de forma geral. Por conta destas características, diversas pessoas se debruçaram sobre a religião a fim de compreender seus significados, definições, seu surgimento e sua importância tanto para os indivíduos quanto dentro de uma organização social. Assim, as reflexões, teorias e discussões acerca deste assunto são inúmeras e bastante controversas, principalmente por se tratar de um assunto que diz respeito, para além das escolhas racionais e, de certa forma, filosóficas, a um âmbito emocional e fantástico do ser humano.

A partir das leituras e de observações gerais, contudo, acredito que seja possível delimitar algumas características gerais de todas as religiões: são experiências essencialmente sociais – mesmo tendo âmbitos individuais nenhuma religião existe para apenas uma pessoa; têm um sistema de entidades sagradas – sejam divindades ou não; e todas se debruçam sobre os fenômenos e acontecimentos naturais e sociais – explicitados pelos ritos e crenças, por mais que este não seja o objetivo explícito dos cultos religiosos. Atualmente, é comum dizer que as religiões servem para explicar mistérios da Terra, do ser humano e da vida, no entanto,

nem todos os autores consideram este como o objetivo principal inicial deste fenômeno – ainda assim, mesmo que não sejam a causa do nascimento da religião, é inegável que estes são objetos dos cultos religiosos.

Para Durkheim, a característica determinante do fenômeno religioso é a divisão do universo em dois gêneros que se excluem radicalmente – o das coisas sagradas e das profanas. Segundo ele, a noção de sobrenatural e a noção de divindade não podem caracterizar a religião, pois nem todas estas têm deuses e o sobrenatural só surge com a razão, que determina as leis do universo. De acordo com o autor: “Foi a ciência, e não a religião, que ensinou aos homens que as coisas são complexas e difíceis de compreender” (DURKHEIM, 1996, p. 9).

Neste sentido, a religião pode ser encarada como a primeira expressão do pensamento e reflexão do ser humano. Ela, assim como a razão, procura explicitar as causas e consequências de fenômenos e acontecimentos naturais e sociais, e suas explicações só se tornam sobrenaturais a partir do momento em que a razão traz este conceito - algo só pode ser considerado absurdo e irreal quando contraposto ao considerado real e lógico, por exemplo, considerar um ritual como a causa da chuva só é absurdo a partir do momento que se entende as circunstâncias para a formação das nuvens, e estas como a causa da chuva. É assim que a razão, da forma como a entendemos hoje, coloca as explicações religiosas como irreais e milagrosas, produtos de fé.

É importante ressaltar que a razão, na busca de verdades absolutas, já se superou e continua se superando de diversas formas - as verdades estão em constante debate e mudanças, algumas chegam a consensos e outras não. Isso acontece, pois esta, assim como a religião, é um conhecimento construído coletiva e historicamente, tudo o que temos hoje se deve ao acúmulo de experiências vivenciadas, registradas e passadas pelos seres humanos.

Enfim, podemos então perceber que a religião faz parte da razão humana, ela é um processo social que requer a reflexão e construção mental de diferentes causas e consequências e que se utiliza de símbolos, uma forma de abstração e, logo, uma forma de pensamento e reflexão humanos.

Durkheim coloca:

Há muito se sabe que os primeiros sistemas de representações que o homem produziu do mundo e de si próprio são de origem religiosa. Não há religião que não seja uma cosmologia ao mesmo tempo que uma especulação sobre o divino. Se a filosofia e as ciências nasceram da religião, é que a própria religião começou por fazer as vezes de ciências e filosofia. Mas o que foi menos notado é que ela não se limitou a enriquecer com um certo número de ideias um espírito humano previamente formado; também contribuiu para formar esse espírito. Os homens não lhe devem apenas, em parte notável, a matéria de seus conhecimentos, mas igualmente a forma segundo a qual esses conhecimentos são elaborados. (DURKHEIM, 1996, p. XV)

Também Rubem Alves defende que ela é um sistema simbólico, ou seja, um sistema de abstrações que dá um sentido à ordem da natureza:

[...]da mesma forma como o animal lança sobre o mundo, como se fosse uma rede, a ordem que lhe sai do organismo, em busca de um mundo à sua imagem e semelhança; da mesma forma como ele faz soar sua melodia e, ao fazê-lo, desperta, no mundo ao seu redor, os sons que lhe são harmônicos, também o homem lança, projeta, externaliza suas redes simbólico-religiosas – suas melodias – sobre o universo inteiro, os confins do tempo e os confins do espaço, na esperança de que céus e terra sejam portadores de seus valores. (ALVES, 1981, p. 33).

Deste modo, o homem, a partir de sua capacidade de pensamento e abstração, que se desenvolve no âmbito social, cria símbolos para categorizar o mundo a fim de suprir a sua “necessidade de viver num mundo que faça sentido”.

Mikhail Bakunin também reconhece a religião como um produto da razão:

A história das religiões, aquela da grandeza e da decadência dos deuses que se sucederam, não é, pois, outra coisa senão a história do desenvolvimento da inteligência e da consciência coletiva dos homens. (BAKUNIN, 1988, p.39)

É a partir daí que o autor constrói a sua crítica ao sistema religioso, segundo ele “A religião, foi dito, é o primeiro despertar da razão: sim, mas sob a forma de demência” (BAKUNIN, 1988, pg.64). Esta crítica será mais explorada mais para frente, no momento nos interessa mais perceber que tanto Durkheim, quanto Bakunin, quanto Alves reconhecem a religião como uma forma da razão humana e, mais, como uma espécie de surgimento desta, o

que permite afirmar que a religião é, portanto, uma forma primitiva (no seu surgimento) de manifestação da razão.

Diferente de velhas teorias da ciência, contudo, a religião não é facilmente superada por ela, pois diz respeito a muito mais do que teorias e explicações do mundo. O seu sistema simbólico está intrinsecamente entrelaçado ao íntimo do ser humano, diz respeito a uma simbologia, a um sentimento, a uma esperança que estão muito além do que as ciências racionais podem fornecer. É por isso que ela tem um papel tão particular dentro das organizações sociais e é por isso que nos interessa tanto para este trabalho. Ela é parte da vida social em uma esfera própria, inexplicável e, até o momento, insuperável, a sua formação cria um âmbito particular nos seres humanos, que mesmo os críticos religiosos conseguem reconhecer dentro de si - ela cria a Fé.

Rubem Alves levanta esta questão:

Quando entramos no mundo do sagrado, entretanto, descobrimos que uma transformação se processou. Porque agora a linguagem se refere a coisas invisíveis, coisas para além dos nossos sentidos comuns que, segundo a explicação, somente os olhos da fé podem contemplar. (ALVES, 1981, p. 25).

De acordo com o autor, a religião fala do sentido da vida, algo que não pode ser encontrado ao fim de uma análise científica.

Aqui se encontra a razão por que as pessoas continuam a ser fascinadas pela religião, a despeito de toda a crítica que lhe faz a ciência. (...) O sentido da vida é algo que se experimenta emocionalmente, sem que se saiba explicar ou justificar. (ALVES, 1981, p. 121)

Algo que pode se tornar irracional e violento, tamanho o poder da crença dentro do ser humano, já que este sentido da vida, como nomeia Alves, é experimentado “como uma intensificação da vontade de viver ao ponto de nos dar coragem para morrer, se necessário for, por aquelas coisas que dão à vida o seu sentido.” (ALVES, 1981, p. 122)

Sendo uma manifestação racional, como a religião cria esta força que vai além da razão e do pensamento e atinge esta esfera da fé, que é difícil de compreender e se explica mais pela vivência do que por qualquer discussão? Acredito que pensar a origem da religião, a



partir das contribuições dos autores, contribua neste sentido, sendo mais importante entender o como e não o porquê, para compreender da onde vem esta força e, de certa forma, uma espécie de barreira em relação a outras perspectivas, presente nas religiões.

## **1.2 O sagrado e o profano e suas forças na vida dos indivíduos**

Em *As formas elementares da vida religiosa* Émile Durkheim, a fim de elaborar uma teoria geral da religião, faz um estudo dos sistemas de clãs e totemismo de certas tribos australianas, as quais ele acredita ter a forma da religião mais simples e primitiva. De acordo com o autor, para a compreensão da religião atual é necessário o estudo de suas manifestações no homem primitivo, já que considera aquela como um aspecto essencial e permanente da humanidade, uma característica geral da sociedade humana, que está na base da construção do homem enquanto tal. O totemismo explicitaria, então, as ideias base da religião.

O autor não considera o primitivo como um estágio inferior e inicial - como uma origem temporal do fenômeno religioso -, mas como uma forma de encontrar a natureza deste fenômeno, livre das complexidades que aparecem conforme o ser humano se desenvolve. Considerando a religião como uma expressão racional, um sistema classificatório, constitutiva do espírito humano e da existência de categorias básicas do entendimento, percebe-se o estudo como não apenas a compreensão da importância desta para a vida social, mas como uma base de uma teoria do conhecimento.

No início do estudo, Durkheim procura caracterizar a religião, pensando a partir dos fenômenos elementares dos quais toda religião resulta, mas que não necessariamente dizem respeito a uma religião determinada (como acontece no folclore). Estes fenômenos aparecem em duas esferas que se misturam, a de crenças e a de ritos, que expressam o que existe de constante e regular, não o que é excepcional ou anormal.

As crenças, nesta perspectiva, são representações da classificação das coisas em profano e sagrado, e os ritos são modos de ação que têm um objeto específico. As crenças não só representam estes objetos e todas as coisas sagradas, mas também a relação que estas mantêm entre si e com o profano. Desta forma, o fenômeno religioso supõe uma divisão do universo em dois gêneros que se excluem radicalmente - sagrado e profano -, e que têm ritos como regras de conduta que determinam o comportamento do homem com as coisas sagradas.

As coisas sagradas não se resumem aos Deuses e espíritos; objetos comuns, animais, seres humanos e até coisas não palpáveis, como verdades, também podem ser consideradas sagradas. Assim, não seria possível definir o campo do sagrado - ele é infinitamente variável conforme as religiões. Além disso, apesar da oposição entre sagrado e profano ser absoluta - dois universos que não se cruzam -, um ser pode passar de um a outro se sofrer uma transformação explícita e total. Há, inclusive, uma hierarquização das coisas sagradas, marcada pelas formas de relação do ser humano com elas - tudo aquilo que é sagrado tem formas específicas de relação, tanto com o ser humano e outras coisas sagradas, quanto com as coisas profanas -, que são representadas pelas crenças e ritos.

Enfim, de acordo com o autor, um conjunto de crenças e ritos correspondem a uma religião, que gira em torno de uma ou algumas coisas sagradas - toda religião reconhece uma pluralidade de coisas sagradas. A religião tem, portanto, vários cultos, que podem ser hierarquizados ou não, alguns cultos ou conjuntos de cultos sobrevivem mesmo após sua religião, e podem, inclusive, perpassar diversas religiões. É importante ressaltar que a religião é sempre coletiva, mesmo tendo cultos individuais, e, conseqüentemente, tem um local fixo de reunião, como uma igreja. Nas palavras de Durkheim:

uma religião é um sistema solidário de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem (DURKHEIM, 1996, p. 32)

As contribuições de Durkheim a respeito da religião e da sociedade se dão a partir da exposição da vida religiosa das tribos totêmicas australianas. Sendo assim, considere importante descrever os aspectos desta vida religiosa, pois permite uma compreensão mais clara da perspectiva do autor tanto da essência da religião quanto do significado e importância desta para a organização social. Isso porque a experiência religiosa não se dá apenas no âmbito do ideal, do pensamento, ela traz sentimentos e sensações; a religião não é apenas uma forma de pensar o mundo, é uma forma de vivê-lo – e por isso sua ruptura é também mais complexa. A religião não se dá, portanto, apenas nas formas materiais da sociedade, ela é uma síntese das consciências particulares, que cria um mundo de sentimentos, ideias e imagens.

As tribos australianas estudadas eram organizadas em fatrias, e cada fatria tinha um conjunto de clãs. Estes clãs seriam como tribos menores, como famílias, e cada clã tinha um totem designado, cujo objeto pertencia, em sua maioria, ao reino animal ou ao reino vegetal. O nome dos membros dos clãs era dado de acordo com os totens - um nome totêmico -, em algumas tribos era passado pela mãe e em outras pelo pai. O totem era usado como um brasão da família, uma identidade, representada com símbolos em armaduras, nas casas e nos corpos - as tatuagens representavam explicitamente a entrada na vida religiosa, são principalmente pinturas para os ritos. O clã se une, assim, pelo nome e pelo símbolo gravado no corpo, as representações individuais encontram uma simbolização para tornarem-se coletivas.

O autor acredita que não é por ter vida religiosa que os clãs tinham um totem, mas sim pela existência e culto a este totem que a vida religiosa consegue florescer. Este não é, contudo, um processo linear, no qual seja perceptível o momento em que se passa de uma organização social e iniciam-se os cultos religiosos, é um processo orgânico em que a vida religiosa está totalmente misturada com a vida social, aquela não só surge desta mas também cria e modifica as regras de conduta sociais – a organização em clãs e o totemismo se implicam mutuamente. Além disso, a vida religiosa e vida social nestas tribos são

intimamente ligadas, os principais ritos marcam os principais marcos da vida social, como puberdade, casamento, nascimento e morte.

Na teoria de Durkheim, as reuniões dos membros do clã geravam, a partir do compartilhamento das energias individuais, uma energia coletiva que era encarada pelos presentes como uma força maior, no caso, a força religiosa. A presença da representação totêmica nestas reuniões levava os indivíduos a sintonizarem esta força ao totem e criarem, assim, a noção de sagrado. Sendo assim, é a marca totêmica que confere o caráter sagrado às coisas, então o objeto de representação do totem (Churinga), o lugar onde ele é guardado e o local das cerimônias é considerado sagrado, além de outros objetos e símbolos que representam o totem ou têm relação com ele, até mesmo os seres reais da espécie totêmica e por vezes os membros do clã são objetos de ritos. Os totens, portanto, são a primeira ligação com a vida religiosa, ao determinarem aquilo que é sagrado e o que é profano a partir das relações que mantêm com estas coisas.

No entanto, as representações do ser totêmico acabam sendo mais sagradas que o próprio ser, afinal, nos rituais, elas são mais presentes do que os totens em si. Faz sentido, inclusive, que as representações sejam mais fortes que o animal concreto dado o próprio caráter etéreo do sagrado. Sendo assim, o homem, por ter um nome totêmico e ser uma forma de representação, tem também uma natureza sagrada. Por vezes se considera que ele faça parte da família do totem - cada indivíduo é ao mesmo tempo homem e animal, situação que é explicitada por alguns mitos que contam que os homens vieram daquele animal, ou os antepassados se transformavam em um e outro.

Mas a dignidade religiosa não é igual em todos, ela reflete algumas concepções da tribo, algumas partes do corpo são mais sagradas do que outras (como sangue e cabelo), os mais velhos costumam ser mais sagrados por ter mais dignidade e também os homens são mais sagrados que as mulheres, que são quase que inteiramente excluídas da vida religiosa

nestas tribos. O homem e o totem são semelhantes, quase que como parentes, o animal real não é tão superior, neste sentido as representações acabam sendo mais sagradas do que ambos.

O sagrado, portanto, permeia diversos seres e coisas e facilmente contagia aquilo com o que entra em contato. Esta noção de contágio exprime a natureza da força religiosa, que ultrapassa o universo físico exatamente por não fazer parte de nenhum corpo. Estas forças vêm de fora do corpo que habitam, por isso não têm fronteiras físicas e podem se estender a outros corpos através de um contato etéreo. O próprio caráter do sagrado vem desta noção, já que não é vinculado às características do objeto em si, mas ao processo através do qual se alcança este caráter - que é o processo de contágio através do qual a força religiosa se aloja naqueles objetos. Como coloca Durkheim:

O que os constitui [sentimentos religiosos] são as impressões de reconforto e de dependência que a ação da sociedade provoca nas consciências. Por si mesmas, essas emoções não estão ligadas à ideia de nenhum objeto determinado, mas, por serem emoções, e emoções particularmente intensas, elas também são eminentemente contagiosas. (...) O contágio, portanto, não é uma espécie de processo secundário pelo qual o caráter sagrado, uma vez adquirido, se propaga; é o processo mesmo pelo qual ele se adquire. (DURKHEIM, 1996, p. 345)

Fica claro que as primeiras manifestações do denominado divino não foram feitas à imagem do homem, do ser concreto, e sim reconhecidas como anônimas, impessoais e difusas. Elas fazem parte de uma experiência exterior de forças que se comunicam e se transferem de maneira múltipla. É, inclusive, graças a essas forças que se contagiam e se transformam, que os efeitos dos ritos não precisam se ligar às causas a partir de uma continuidade.

A partir desta característica etérea das forças religiosas e por considerarem todo o mundo em que estão em contato como parte da tribo, o sistema religioso abarca todas as coisas do mundo, que são classificadas entre os clãs de acordo com as crenças totêmicas. Estas classificações colocam o divino em toda a parte, as coisas religiosas estão em tudo, não

apenas nos totens e membros do clã, e geram ligações entre os humanos, animais e outros seres. O totemismo, portanto, não se restringe a um clã, mas é o conjunto da tribo, afinal a separação é reconhecida por todos, assim como os cultos dos clãs vizinhos. Esta classificação pressupõe a criação de gêneros, símbolos lógicos determinados que abrangem coisas semelhantes claramente definidas. E estes agrupamentos feitos pelos humanos implicam numa hierarquia e formam um suporte para o desenvolvimento do pensamento lógico, como o entendemos hoje.

Enfim, a aura do sagrado presente na imagem do totem, no animal ou planta de origem deste e nos membros do clã faz parte de uma força religiosa que permeia tudo em diferentes intensidades e pode agir tanto para o bem quanto para o mal, e existe um profundo respeito em relação a ela. Assim sendo, no início, o caráter sagrado é como que uma potência dispersa através das coisas que domina todo o sistema religioso, e são as representações dessa força concentradas em um ponto ou em torno de um ser que vão formar os deuses e as divindades - que acabam sendo sempre um pouco abstratas, etéreas, não totalmente individualizadas.

### **1.3 As crenças religiosas e sua força social**

É a classificação do sagrado e profano que gera as crenças religiosas, mas a força que caracteriza a vida religiosa se dá a partir de uma ligação mais intensa que acontece nos momentos de culto, nas reuniões religiosas em que o grupo reaviva o sentimento de grupo e a fé - coisas que vão se perdendo na vida diária e individual. Esta força é, ao mesmo tempo, exterior e interior e não vem de uma característica concreta de algum objeto ou ser, mas do processo mental destes momentos de comunhão. Durkheim coloca que:

assim, a ideia de força, tal como a implica o conceito de relação causal, deve apresentar um duplo caráter. Em primeiro lugar, só pode nos vir de nossa experiência interior; as únicas forças que podemos diretamente atingir são necessariamente forças morais. Mas, ao mesmo tempo, é preciso que elas sejam impessoais, já que a noção de poder impessoal foi a primeira a se constituir. Ora, as únicas que satisfazem essa dupla condição são as que provêm da vida comum: as forças coletivas. Com efeito, elas são, por um lado, inteiramente psíquicas, são feitas exclusivamente de ideias e de sentimentos objetivados. Mas, por outro lado, são impessoais por definição, por serem o produto de uma cooperação.

Obra de todos, não pertencem a ninguém em particular. (...) não há outras, sabemos, que sejam mais contagiosas e, conseqüentemente, mais comunicáveis (...) A força que isola o ser sagrado e mantém os profanos à distância não está, em realidade, nesse ser: ela existe na consciência dos fiéis. (DURKHEIM, 1996, p. 396/397)

O ser humano reconhece, portanto, forças externas a si, que lhe adicionam força e poder. Um homem, no meio de trezentos, se sente como um gigante, sente uma potência que é maior do que ele mesmo - a potência daquele grupo social. É a sensação extasiante de fazer parte de uma manifestação social, em que seu corpo é uma parte de um grande corpo e sua voz ressoa muito mais em meio a um coro. Esta é, na concepção de Durkheim, a natureza da força religiosa e, logo, da religião.

Desta forma, quando se juntam, os membros da tribo são invadidos pelos sentimentos dos outros, pelo sentimento coletivo criado na comunhão de todos estes sentimentos. O encontro religioso, este contato com potências extraordinárias, suscita uma loucura, uma efervescência, expressada através de gestos intensos e violentos que geram danças e músicas. Deste modo, a ideia religiosa nasce dos meios sociais efervescentes, e, como nestas situações o totem é cultuado por ser a bandeira do clã, estas experiências são ligadas a ele.

A força religiosa é, portanto, a força coletiva sentida nos e através dos indivíduos em comunhão. O sagrado não é intrínseco ao ser, sobrepõe-se a ele, é uma nova maneira de representar o real. A duplicidade do indivíduo, que, concomitantemente, faz parte da força coletiva e é individual e material, e que é, ao mesmo tempo, profano e sagrado, corpo (material) e alma (moral, religioso), individual e coletivo, implica numa duplicidade desta própria força religiosa - o caráter duplo dos indivíduos deriva um caráter duplo da própria religião.

Durkheim escreve:

Agora nos explicamos de onde vem a ambigüidade que as forças religiosas apresentam quando aparecem na história, de que maneira elas são físicas e humanas, morais e materiais ao mesmo tempo. Elas são forças morais por serem construídas inteiramente com as impressões que esse ser moral que é a coletividade desperta nesses outros seres morais que são os indivíduos; elas traduzem, não a maneira pela qual as coisas físicas afetam nossos sentidos, mas o modo como a consciência coletiva age sobre as consciências individuais. Sua autoridade não é senão uma forma da influência moral que a sociedade

exerce sobre seus membros. Mas, por outro lado, por serem concebidas sob formas materiais, elas não podem deixar de ser vistas como muito próximas das coisas materiais. Elas dominam, portanto, os dois mundos. Residem nos homens, mas ao mesmo tempo, são os princípios vitais das coisas, verificam as consciências e disciplinam; mas são elas também que fazem que as plantas cresçam e os animais se reproduzam. É graças a essa dupla natureza que a religião pode ser como a matriz em que se elaboraram os principais germes da civilização humana. Posto que ela abarcava a realidade inteira, tanto o universo físico quanto o universo moral, as forças que movem o corpo e as que conduzem os espíritos foram concebidas sob forma religiosa. Eis aí como as técnicas e práticas mais diversas, tanto as que asseguram o funcionamento da vida moral (direito, moral, belas-artistas) quanto as que servem à vida imaterial (ciências da natureza, técnicas industriais), são, direta ou indiretamente, derivadas da religião. (DURKHEIM, 1996, p. 231)

Nesta perspectiva, a essência da religião está nas reuniões dos indivíduos e na sua vivência, ou seja, ela se concretiza nos ritos. Além de reavivar os sentimentos coletivos, os cultos mantêm a separação entre sagrado e profano e também entre as coisas sagradas de naturezas diferentes. Afinal, a mistura entre os dois mundos é uma falta de respeito em relação às coisas sagradas, daí vem a noção de pecado.

Os principais ritos são cerimônias coletivas, sejam de momentos de festas ou de luto, e as criações de interdições e tabus, que proíbem e instituem maneiras de agir. Além disso, o ritmo da vida social se dá pela regularidade das festas religiosas, já que em dias de festa as atividades comuns cessam, pois as vidas sagradas e profanas não podem conviver num mesmo tempo ou espaço – daí, também, o motivo da criação de santuários e espaços próprios da vida religiosa.

Na descrição dos estudos dos cultos das tribos australianas, o autor explicita como a criação e a recriação contínua da força coletiva e do sentimento religioso se dá através dos encontros regulares dos fiéis. Sendo assim, os cultos não só garantem a separação entre o sagrado e o profano, mas também fortalecem o mundo sagrado, inclusive dentro dos indivíduos, já que quanto mais vivência na vida religiosa possui, mais a pessoa se sacraliza.

De acordo com o livro *As formas elementares da vida religiosa*, além de ter como objetivo principal a vivificação das energias coletivas e da força religiosa, o rito tem um objetivo prático e consciente, que é a motivação dos fiéis – ele garante que as coisas funcionem conforme o necessário, por exemplo, um rito de fecundação tem como objetivo



lógico garantir a reprodução da espécie do totem. Sendo assim, os ritos têm, ao mesmo tempo, a lógica da ação e o preceito moral. Entretanto, para Durkheim, os fins materiais dos ritos são, de certa forma, irrelevantes, o que mantém realmente estas cerimônias são os fins morais, inclusive porque alguns ritos parecem não ter um objetivo material explícito.

O autor classifica dois tipos principais de cultos, os negativos, de privações e interdições, e os positivos, de oferendas e sacrifícios.

Os cultos negativos são, num geral, abstenções e interdições, que podem ser alimentares, de contato físico, através da visão, da fala, da audição e outros; eles garantem, por exemplo, que os objetos da vida profana não estejam presentes no momento do ritual e vice versa. As abstinências são necessária tanto para a separação entre os dois mundos, quanto para que os homens possam superar suas sensibilidades e desprender-se do mundo profano. Por conta disso, as interdições também são diferentes para os diferentes participantes da tribo, mulheres e não iniciados têm mais interdições por serem mais excluídos da vida religiosa e, conseqüentemente, considerados mais profanos; já os mais velhos, por outro lado, têm menos interdições por terem um caráter mais sagrado diante da maior vivência nesta vida.

Para superar a natureza sensível e profana, algumas privações envolvem sofrimentos físicos. A dor é, neste sentido, geradora de forças excepcionais, pois torna o homem mais forte que sua natureza ao superá-la e emudecê-la e, assim, adentrar cada vez mais o mundo sagrado. Estes sacrifícios, para o autor, são inerentes à vida religiosa, assim como são os sacrifícios da vida social, que reprimem os apetites naturais em nome do coletivo.

O culto negativo não tem razão de ser em si, ele serve, indiretamente, para sacralizar os homens para que eles possam adentrar a vida sagrada e participar dos cultos positivos. É quase um ritual de preparação. O ascetismo religioso é a colocação destes vetos em primeiro plano para que o homem se santifique e fique acima dos outros através de maiores privações - mais do que por atos de piedade positiva, como oferendas e sacrifícios.

Os cultos positivos são ritos de comunhão e oferenda dos homens com os deuses para manter e renovar o parentesco existente entre eles, que acontecem principalmente através do sacrifício ritual, que é, normalmente, uma refeição compartilhada entre homens e os deuses. Além dos sacrifícios, a obra de Durkheim descreve outros ritos, com variados objetivos, e muitas vezes um mesmo rito contém diversas características, como os ritos miméticos, imitações de gestos e sons de animais, plantas e também atividades climáticas, e ritos de representação, encenações das vidas passadas que fortalecem as memórias e vivências da tribo e torna presente o passado mítico do clã.

É possível perceber, através da descrição do autor, que os deuses do totemismo - as forças religiosas -, não são colocados como seres superiores autossuficientes, eles também passam por momentos críticos de alimentação, por exemplo, e por conta disso o homem lhe faz oferendas.

Na teoria de Durkheim, como os fiéis se reúnem para reavivar esta energia coletiva geradora da força religiosa, a própria força necessita destes encontros para existir, portanto, os deuses dependem dos homens assim como os homens dependem dos deuses. Neste contexto, os deuses refletem explicitamente a sociedade, afinal, ela depende dos homens para existir, mas, ao mesmo tempo, o homem nunca teria ultrapassado a fase animal e desenvolvido a racionalidade se não fosse por ela – a existência destes dois conceitos, portanto, só existe na completa dependência; tanto a sociedade quanto os deuses existem apenas no e através do indivíduo. Sendo assim, os deuses também precisam dos cultos para existir e serem renovados no pensamento dos homens, fonte de sua existência.

Como mencionei, além dos objetivos materiais, e de respeito a uma tradição, os ritos são, principalmente, para vivenciar elementos essenciais da vida coletiva. Este objetivo único de reunir e reavivar a força religiosa, na visão do autor, é que dá a impressão de completude ao rito, sendo assim, mesmo os objetivos materiais não são aguardados posteriormente, eles

estão presentes no rito em si, já que a sensação da experiência religiosa é a certeza do contato com os deuses e, logo, do êxito. O fato de os ritos acontecerem em determinadas épocas também garante seu sucesso, por exemplo, a colheita acontece sempre na mesma época em que o ritual de fecundação, mesmo porque, como disse no início do capítulo, a vida religiosa marca a vida regular da natureza e não suas anormalidades.

Sendo assim, o rito é, na verdade, um fim em si mesmo, pois seu êxtase coletivo é o seu objetivo, e o objetivo material acaba sendo secundário para os próprios fiéis. A real eficácia do rito é, enfim, a fé, que afeta o nível mental dos participantes. Como aponta o sociólogo, é, portanto, na fé que mora o poder da religião. A fé é afirmada e criada pelo momento de vínculo, de conexão, de criação e recriação do parentesco dos homens com os deuses, da energia, da força religiosa existente entre eles – esta energia da coletividade, a força coletiva, social:

Tudo, portanto, nos faz voltar à mesma ideia: é que os ritos são, antes de tudo, os meios pelos quais o grupo social se reafirma periodicamente. (...) Homens que se sentem unidos, em parte por laços de sangue, porém mais ainda por uma comunhão de interesses e de tradições, se reúnem e tomam consciência de sua unidade moral. (...) esses gestos ingênuos e desajeitados, esses procedimentos grosseiros de figuração, traduzem e conservam um sentimento de altivez, de confiança e de veneração inteiramente comparável àquele que exprimem os fiéis das religiões mais idealistas, quando, reunidos, proclamam-se filhos do deus onipotente. Pois, tanto num caso como no outro, esse sentimento é feito das mesmas impressões de segurança e de respeito suscitadas, nas consciências individuais, por essa grande força moral que os domina e os sustenta, que é a força coletiva. (DURKHEIM, 1996, p. 422)

Além dos positivos e negativos, existem também os ritos piaculares, ritos de luto devido à alteração no estado de espírito dos clãs. Os ritos positivos são realizados com entusiasmo e alegria, é uma comemoração do próprio sucesso dos mesmos, já os ritos piaculares são festas tristes, nas quais a sensação coletiva de alegria dá lugar ao sentimento de inquietação ou tristeza. Ambas as cerimônias são coletivas e estimulantes.

Estas cerimônias acontecem tanto quando há uma morte, quanto em outras situações em que o estado moral do grupo é de inquietação ou angústia. O roubo do objeto sagrado Churinga é um exemplo, a má colheita e os tempos de seca também. Conforme as

observações, os membros do clã exprimem a sensação coletiva de tristeza através de choros, autoflagelação, gritos, gemidos e até mesmo se atacando. Diferente da dor do culto negativo, a dor do luto é para ser sentida e expressa, e não superada e suportada firmemente.

Nesta situação, a superexcitação dos sentimentos coletivos de dor gera o estado de cólera. O sofrimento não é um sentimento pessoal, é um estado necessário ao grupo para superar este mal que fortalece os vínculos entre os integrantes e aviva os sentimentos coletivos. Os indivíduos se reúnem, portanto, tanto por estarem tristes, quanto por serem moralmente obrigados.

A partir das observações das diferentes formas de ritos, o autor percebe que a noção de sagrado é ambígua - ao mesmo tempo que é de amor e respeito, é também potencialmente má e impura, causando desordem. Estas noções não se misturam, mas ambas são sagradas, ambas são estados coletivos, mas de sentimentos diferentes, ora de irritação, tristeza e angústia, e ora e euforia, alegria e entusiasmo.

Enfim, não é apenas a unidade da força coletiva, mas também a diversidade da vida social e dos seres, que compõe a vida religiosa e produz as coisas sagradas. A partir do conhecimento dos ritos, é possível perceber os múltiplos aspectos da vida religiosa e a ambiguidade da noção de sagrado. Faz-se necessário ressaltar que os ritos não têm continuidade, eles se sobrepõem uns aos outros e, por ventura, substituem-se; muitos têm as mesmas funções e necessidades, que estão presentes de formas diferentes. Percebe-se que os objetivos aparentemente diferentes não têm tanta importância, a eficácia real permanece sempre a mesma – a união do grupo e o estado da alma. Assim, mesmo múltipla a vida religiosa acaba sendo constante e tendo um objetivo máximo único:

Assim, tanto as práticas quanto as crenças não se classificam em gêneros separados. Por mais complexas que sejam as manifestações exteriores da vida religiosa, ela é, no fundo, una e simples. Corresponde em toda parte a uma mesma necessidade e em toda parte deriva de um mesmo estado de espírito. Sob todas as suas formas, tem por objeto elevar o homem acima de si mesmo e proporcionar-lhe uma vida superior à que ele teria se obedecesse unicamente a suas espontaneidades individuais: as crenças

exprimem essa vida em termos de representações; os ritos a organizam e regulam seu funcionamento. (DURKHEIM, 1996, p. 455)

Desta forma, segundo o autor, a causa objetiva da vida religiosa é a sociedade, que só se concretiza a partir das reuniões dos indivíduos e da ação comum, que, por sua vez, desenvolve ideias e sentimentos coletivos constituintes da moral. São estas forças morais que elevam o homem acima de si mesmo e, ao mesmo tempo, o constituem - afinal, ela é gerada a partir dos indivíduos. Sendo assim, a ação domina a vida religiosa pelo fato de a sociedade ser a sua fonte, daí a relevância do culto religioso. Tem-se, então, que até certo momento do desenvolvimento das sociedades, as regras morais não se distinguem das prescrições rituais.

Neste sentido, as forças religiosas seriam forças humanas, morais, que tomam forma misturadas à vida do mundo material e que se expressam nos cultos atingindo as consciências. O caráter dúbio do sagrado, sendo puro e impuro, e das divindades, sendo boas e também más, são um reflexo da própria humanidade e, conseqüentemente, da sociedade, em todos os seus aspectos. O culto, portanto, não muda o caráter das energias individuais, como já foi descrito, ele apenas reflete o sentimento coletivo daquele momento e superexcita estas energias de maneira que o mundo real é também aumentado, criando, assim, o ideal – que, sendo atribuído a uma dignidade maior cria as divindades.

Assim, a sociedade ideal faz parte da sociedade real, ela é um produto natural da vida social. Este ideal, partindo dos indivíduos e da própria sociedade, é definido pela ideia que esta faz de si mesma, e não por um poder maior e externo que determina o bem e o mal. Os valores sociais, são, portanto, uma criação de um determinado grupo social e podem variar tanto conforme variam os indivíduos deste grupo, quanto conforme os indivíduos (e o grupo) se desenvolvem e se modificam.

No entanto, a sociedade se manifesta sempre na coletividade e o ideal, apesar de vir da comunhão dos indivíduos, apenas se revela no momento social. Portanto, para o indivíduo, o ideal, as forças morais, e os valores lhe são exteriores e vão se individualizando conforme o

contato com as consciências particulares, assim como a força religiosa. O conjunto das forças individuais cria o contexto da força religiosa coletiva e este, por sua vez, altera as forças individuais. A religião é recriada dentro dos indivíduos a todo momento, e em consequência de sua incapacidade em perceber que ele próprio é a origem daquela força, o ser humano sacraliza as forças morais, seja nas suas representações concretas e individualizadas/personificadas ou nas verdades e valores determinados por ela – cria-se, então, uma aura que começa a se concretizar como inquestionável.

Este é o ponto mais relevante da obra de Durkheim para este trabalho, a noção de que a força religiosa é como uma representação da força coletiva e da superexcitação das sensações individuais que são sentidas no momento da reunião dos membros da tribo. A religião seria, portanto, a significação da própria sociedade, ou seja, uma forma particular de expressão social. Ela é, assim, a fonte das forças morais, que determinam as regras de conduta sociais. São os valores sociais que, por estarem junto com a fé, parecem valores universais, pré-estabelecidos por uma autoridade absoluta e inquestionável.

Essa particularidade da religião é muito importante, pois é o que dá a ela um caráter específico de expressão e a transforma neste fenômeno intrigante, complexo, confuso, e, de certa forma, permanente. Pois ela não é como uma categoria social, construída a partir de uma realidade e que lentamente se transforma acompanhando a transformação da sociedade. A presença das sensações individuais torna a religião algo ao mesmo tempo externo e interno, e não apenas internalizado, é interno no âmbito do sensível, das sensações, das emoções, do viver. Ela envolve o ser humano para além da racionalidade e, por isso, está intrincada nele de tal forma que faz com que a sua ruptura seja difícil.

No entanto, se encararmos a religião neste sentido de expressão social, ela deveria ser diversificada e complexa como as culturas, de maneira que as especificidades de cada ser humano e dos grupos sociais pipocassem em suas diversas formas de expressão. Não é essa a

realidade da vida religiosa no decorrer da história - esta é uma história violenta de guerra, dominação e opressão em nome de uma forma hegemônica de expressão da vida religiosa e da vida social em detrimento de outras. Inclusive, a partir do momento que um tipo de determinação se ameniza, diversas outras religiosidades aparecem.

Em seu estudo, Durkheim aponta um caráter universal presente na religião. O culto, além de se individualizar, se internacionaliza a partir da relação que as tribos vizinhas travam entre si. Sendo uma relação de troca de experiências – inclusive com a presença de vizinhos nos ritos de outra tribo -, existem deuses presentes em mais de uma tribo e é possibilitada a solidificação de um grande deus com um espaço de influência não delimitado.

Tanto as tendências universalistas quanto as tendências individualistas se desenvolvem a ponto de afetar os princípios do sistema religioso, modificando-o constantemente – de novo, assim como acontece com as organizações sociais que entram em contato, de uma forma ou de outra, elas necessariamente acabam se modificando mutuamente. O próprio desenvolvimento social mostra, historicamente, uma tendência a universalização social e isso acontece também em relação à religião.

No entanto, a competição e a tentativa de uma hegemonização dos saberes, costumes e valores, no caso, da religião, que acontece na história dos seres humanos causa uma ruptura neste processo de universalização, que passa a ser um processo de dominação e opressão. No capítulo seguinte entraremos mais nesta questão a partir de algumas constatações gerais da história da vida religiosa ocidental, mas antes mais algumas coisas precisam ser colocadas.

#### **1.4 Religião e submissão humana: as críticas de Bakunin**

Mikhail Bakunin, um anarquista e materialista que viveu no século XIX também pensou sobre o fenômeno religioso. Neste trabalho, considere as contribuições de três escritos do autor, Deus e o Estado; Federalismo, Socialismo e Antiteologismo, e uma seleção

intitulada Textos Anarquistas. Apesar de este autor ter uma ênfase crítica da religião muito maior do que Durkheim, ele tem, a meu ver, uma concepção muito parecida a respeito da essência desta força religiosa e de suas influências na sociedade e nos indivíduos. No entanto, é importante ressaltar que enquanto Durkheim faz observações de costumes primitivos a fim de pensar uma teoria geral do fenômeno religioso, Bakunin, apesar de também trazer contribuições gerais a respeito da religião, tem um enfoque bastante presente sobre as ações e ideais da religião e da Igreja Católica no contexto europeu.

Em seus escritos antiteológicos, o autor faz uma crítica principalmente aos idealistas que, como ele coloca, determinam os ideais como superiores a tudo e, por isso, defendem a boa-fé. Para ele, os idealistas separam Deus - o divino -, e o Homem - o vil, o bestial -, de maneira que a matéria fica vazia e, diferentemente do que colocam os materialistas, o mundo passa a constituir, assim, um materialismo brutal. Deste modo, esta separação retira toda a divindade do homem ao vincular suas ideias a uma autoridade divina exterior e superior.

Para o autor, o ser humano é formado pela sua animalidade e, principalmente, no processo de negação desta pela sua humanidade. A última engloba aquilo que separa os seres humanos dos animais, ou seja, a inteligência e a revolta. É, portanto, a capacidade de pensar e de exercer sua própria liberdade que, no choque com a animalidade, constituem o desenvolvimento da sociedade humana e possibilitam o florescer dos ideais e das convicções morais.

É neste processo de humanização que o autor percebe o início da religião. Esta seria, portanto, a primeira abstração dos seres humanos em relação ao mundo à sua volta, possibilitada pelo desenvolvimento do pensamento através da linguagem. Segundo ele, o homem tem a capacidade de refletir sobre si mesmo, sobre os outros seres do mundo e também sobre aquilo que ainda não viu – o pensamento abstrato não tem limites. Assim, cria-



se uma segunda existência, o mundo das abstrações; do ideal, e a abstração máxima é a ideia divina – uma força suprema, etérea que diz respeito a todos os seres:

Deus, conseqüentemente, é a abstração absoluta, é o próprio produto do pensamento humano que, como força abstrativa, tendo ultrapassado todos os seres conhecidos, todos os mundos existentes e tendo se libertado, por isso mesmo, de todo conteúdo real, tendo chegado a não ser nada mais do que o mundo absoluto, posiciona-se diante dela própria, sem se reconhecer, todavia, nesta sublime nudez como o Ser único e supremo (BAKUNIN, 1988, p. 78)

Assim, coloca Bakunin, os seres humanos, ao não reconhecerem a sua própria abstração, dão a ela um caráter externo e superior – divino. A divindade, neste sentido, é reconhecida como sagrada e honrosa, e, no processo de cristalização desta noção abstrata, são atribuídas a ela todas as qualidades, todas as forças e virtudes que o homem descobre sucessivamente, seja nele, seja fora dele próprio. Enfim, a humanidade abdica da razão, da justiça, da dignidade e da liberdade em nome das divindades e se submete à sua própria fantasia, proclamando-se sua escrava.

Portanto, a criação da religião, ao separar o homem de sua humanidade e de suas qualidades intelectuais, não apenas atribui as forças ao divino, como, ao fazê-lo, as corrompe, pois, ao adorar tudo o que é divino, o homem passa a menosprezar o que é humano, terrestre - reduz o mundo e os indivíduos a nada, a uma matéria bruta e sem vida. A existência do divino, neste sentido, nega a humanidade, que não tem mais a liberdade de decidir e julgar sua própria existência e seu destino - o homem se vê, então, na busca contínua da luz divina, externa e inalcançável.

Mikhail Bakunin, conseqüentemente, repele completamente toda forma de fé e de religião, por acreditar que qualquer existência do divino pressupõe a submissão dos humanos e a hierarquização destes – já que a sacralização induz, necessariamente, um reconhecimento de uma superioridade, e, também, de diferentes classes de indivíduos, conforme as relações que estes mantêm com o supremo.

A religião consistiria, assim, na separação entre os dois polos do ser humano, o animal e o intelectual; o da animalidade e o da humanidade; o dos homens e o divino. Neste sentido,

acredito que Bakunin se aproxima da ideia que Durkheim traz a respeito da separação entre o sagrado e o profano e da ambiguidade presente no sagrado. Isso porque o mundo das coisas sagradas é, principalmente, caracterizado pelas representações e forças abstratas, enquanto que as qualidades materiais da vida cotidiana são mais relacionadas ao mundo profano. Esta separação, apesar de não ser colocada como explícita e radical, está presente nas descrições do autor, e, me parece, se consolida conforme as representações se personificam e se solidificam. Ambos percebem, portanto, a religião como a separação entre a animalidade e materialidade da vida cotidiana e profana em contraposição à humanidade e intelectualidade da vida divina e sagrada.

O próprio mito da criação de Adão e Eva explicita esta situação, já que eles teriam que agir como animais e seguir a regra colocada por deus de não comer do fruto proibido, que, diga-se de passagem, é o fruto do conhecimento. Mas, ao juntarem seus corpos animais com seu pensamento e sua liberdade e agirem como humanos, são castigados por deus, que pune não só a eles, sua criação, como a todos os seus descendentes. O mito representa, assim, um castigo por Adão e Eva serem (ou se tornarem, a partir do fruto do conhecimento) seres humanos em sua completude e não reles mortais que obedecem à suas próprias características projetadas num ser etéreo e superior.

O autor, no entanto, não nega a religião, ele a percebe como uma parte inevitável do processo de humanização e de libertação do ser humano. O fim da humanidade é a liberdade, e, para alcançá-la, o homem deve reconhecer a abstração divina como potências de seu próprio pensamento e trazer a divindade de volta a terra.

Sendo assim, Bakunin acredita que o homem caminha da animalidade para a humanidade, e a sociedade progride a partir do desenvolvimento intelectual e animal do ser humano. Neste sentido, as crenças do passado não deveriam ser cristalizadas como superiores, como os religiosos defendem ao validarem a religião sob o argumento da antiguidade, mas

sim reconhecidas como parte de um processo que se modifica e se aprimora conforme acompanha o desenvolvimento social – para ele, inclusive, elas seriam inferiores. Neste contexto, a religião é um erro inevitável; uma fase necessária no progresso social em direção à liberdade.

Nesta perspectiva, a universalidade da religião não é uma prova de sua veracidade, mas sim uma prova da semelhança dos seres humanos, e, portanto, da necessidade generalizada de passar por esta fase. Portanto, antiguidade e universalidade não poderiam validar a religião, mas, são usadas como pilares da crença em Deus.

Com efeito, nada é tão universal nem tão antigo quanto o absurdo, e é a verdade, ao contrário, que é relativamente muito mais recente, tendo sempre sido o resultado, o produto, nunca o começo da história, pois o homem, por sua origem, primo, senão descendente direto do gorila, partiu da noite profunda do instinto animal para chegar à luz do espírito, o que explica muito naturalmente todas suas divagações passadas e nos consola, em parte, por seus presentes erros. (BAKUNIN, 1988, p. 54)

Enfim, do ponto de vista deste autor, o idealismo religioso filosófico parte da divindade ideal para constituir a escravidão e a animalidade do homem enquanto que o materialismo parte da animalidade para constituir a humanidade e emancipar a sociedade. E a entidade divina se enraíza no homem de tal forma que toda a sociedade passa a ter a necessidade da Igreja e do Estado.

É importante lembrar que a crítica que Bakunin tece a respeito da religião é fortemente baseada nas ações da religião e da Igreja Católica na Europa no século XIX. Conforme o funcionamento desta instituição, existem diferentes níveis de divindade nos homens: os homens de deus estão mais próximos dele e, portanto, devem ser mais respeitados; existem, inclusive, algumas ideias tão santas que são consideradas provenientes de deus. O resto do povo, então, fica à mercê de alguns privilegiados que determinam regras de conduta conforme sua vontade – a Igreja.

A opinião destes renomados, assim, vale mais, e o povo é conservado ignorante, reduzido ao mínimo tanto no aspecto material quanto nos aspectos intelectual e moral. Os

iluminados devem guiar o povo, pois estão mais próximos de deus e realizam sua vontade na Terra, enquanto que os que dizem outras verdades são perseguidos e colocados como inimigos – para escravizar, guerrear ou salvar através da catequização. Então, os homens não são apenas escravos de deus, mas também da Igreja, que tem a pretensão de alcançar e hegemonizar toda a humanidade. É neste sentido que a Igreja se torna a escola, buscando a doutrina do povo, seu eterno pupilo, que é privado de leis naturais como liberdade e igualdade.

Desta maneira, o mais inspirado deve ser ouvido pelo menos inspirado, de maneira que é fixada uma noção de autoridade baseada na desigualdade e cristalizada nas mais diversas relações, inclusive entre adultos. Do ponto de vista do autor, a autoridade inicial que a criança recebe tanto da sociedade quanto da natureza deve ser paulatinamente negada conforme avança a educação, sempre caminhando em direção à liberdade. A autoridade, neste sentido, é, assim como as leis naturais, reconhecida pelas pessoas e não impostas a elas, até mesmo as autoridades científicas são passíveis de críticas e discussões, e não funcionam conforme uma imposição sólida determinada que subjuga aquele a quem se impõe, seja uma criança ou um adulto. Nesta perspectiva, ninguém é um ser supremo, então as autoridades são várias, conforme as necessidades e contextos - nem a ciência e nem a religião são verdades absolutas e universais, elas são um reflexo do mundo real em que vivemos.

A única autoridade natural que ele reconhece é o sentimento coletivo, pois ninguém age sozinho, existe sempre, no mínimo, um grupo social. Assim, a autoridade está nas leis naturais, pois nos são intrínsecas, e exercer a liberdade não é negá-la, mas, pelo contrário, reconhecê-la e aplicá-la. Entretanto, a vida não é fundada nesta autoridade social, mas sim na autoridade divina, anti-humana, e, por isso, ela não age tranquilamente nas relações, há sempre o conflito, pois ela é bruta e imposta – baseada no culto divino e não no respeito humano.

Relacionando esta perspectiva com os estudos de Durkheim, podemos pensar que a religião e a divindade ganham esta autoridade exatamente por serem a expressão da força coletiva. Então, a autoridade natural que o coletivo tem sobre os indivíduos, ao não ser reconhecida enquanto tal, é individualizada e se torna uma autoridade violenta. As suas manifestações geram, assim, sempre o conflito, pois ela é individualizada de forma que o poder social atribuído ao indivíduo – e quanto mais presente é este indivíduo, mais sagrado ele se torna e mais autoridade ele tem -, gera a noção de superioridade de um indivíduo sobre o outro. Ao mesmo tempo, o reconhecimento que essa força é adquirida de uma fonte externa e não interna, cria a noção do divino, que é a autoridade maior. Consequentemente, a noção de autoridade se solidifica em um formato de superioridade – que dá o tom da vida em sociedade, fundada na autoridade, no privilégio e na exploração.

A autoridade natural está presente nas relações que os humanos travam entre si e com o meio ambiente. Bakunin acredita que todos os seres, nas suas relações, compõem um conjunto no qual todas as coisas do universo provocam, umas sobre as outras, ações e reações perpétuas que constituem o que ele chama de solidariedade e causalidade universais. E é em cima deste vínculo que a religião se mostra válida, é dele que nasce a ideia de deus, e se consolida a força da fé. O autor reconhece, portanto, a existência de uma unidade que, a partir das relações, constrói o universo:

[...] a unidade real do universo nada mais é do que a solidariedade e a infinidade absolutas de suas reais transformações, pois a transformação incessante de cada ser particular constitui a verdadeira, a única realidade de cada um, todo o universo não sendo outra coisa que uma história sem limites, sem começo e sem fim (BAKUNIN, 1988, p. 79)

Esta unidade é, como a autoridade natural, reconhecida a partir das leis naturais e como uma unidade solidária que se concretiza nas relações e não uma unidade personificada que comanda todas as coisas – ela não é a causa, mas sim as resultantes produzidas e

reproduzidas pelas ações de todas as coisas umas sobre as outras. Este fruto da solidariedade humana natural, ao ser divinizado, é corrompido, gerando conflitos.

O amor humano, esta imensa solidariedade natural que, religando todos os indivíduos, todos os povos e tornando a felicidade e a liberdade de cada um dependentes da liberdade e da felicidade de todos os outros, deve, apesar de todas as diferenças de cores e de raças, uni-los cedo ou tarde numa fraternidade comum; este amor, transformado em amor divino e em caridade religiosa, torna-se imediatamente flagelo da humanidade: todo o sangue derramado em nome da religião, desde o começo da história, milhões de vítimas humanas imoladas à maior glória dos deuses, provam isso. Enfim, a própria justiça, esta futura mãe da igualdade, uma vez transformada em justiça divina, recaindo imediatamente após sobre a terra e sob a forma teológica da graça, e abraçando sempre e em todos os lugares o partido dos mais fortes, só semeia entre os homens violências, privilégios, monopólios e todas as monstruosas desigualdades consagradas pelo direito histórico. (BAKUNIN, 1988, p. 85)

Portanto, os homens usam da autoridade divina para legislar para o povo, que deve obedecer cegamente, já que aos deuses foi atribuída toda a noção de justo e injusto e do bem e do mal. E, como deus não passa de uma abstração produzida pelo próprio homem, os elementos que constituem a moral também o são – esta mesma moral à qual os fiéis se submetem acreditando ser uma vontade divina. Assim, conforme o autor, os elementos morais, que, naturalmente, seriam formados pelo instinto de conservação individual tanto quanto pelo instinto social, são formados pelo privilégio e pela dominação de um homem sobre o outro.

Enfim, em nome de uma divindade e uma moral específicas de um grupo, os seres humanos escravizam, doutrina e guerreiam uns com os outros. Historicamente, a instituição que se colocou mais fortemente como autoridade e detentora da verdade desbravando territórios e instituindo regras e interesses próprios, foi a Igreja Católica. Assim, para compreender melhor o contexto atual da relação entre as forças religiosas e a educação, principalmente sobre os valores educacionais, o próximo capítulo traz um resgate histórico das ações da Igreja, especificamente daquilo que infere na história do Brasil.

## **2 – Uma perspectiva histórica da Igreja Católica como uma relevante figura política**

A vida religiosa, como vimos no capítulo anterior, sempre esteve ligada à vida social e às suas formas de organização. Nas organizações tribais, ela ditava quase que totalmente as formas de conduta ao marcar o tempo, os marcos da vida social e também as atividades e funções sociais – Durkheim, em seus estudos, traz como principais e maiores ritos os rituais de fecundidade, iniciação da vida adulta, casamento e morte. A vida econômica do ser humano é a esfera que se mostra, historicamente, mais separada da vida religiosa – é o comércio, aliás, que, no final da Idade Média, traz a necessidade da criação do Estado Nacional, tal qual temos hoje (atualmente mais desenvolvido, é claro) e que toma para si as rédeas da sociedade, mas, ainda assim, a religião se mantém ao lado do Estado apontando regras de conduta sociais. Sendo assim, as ações religiosas caracterizam ações políticas e a Igreja Católica tem uma participação política bastante intensa.

A história das religiões, portanto, acompanha, se não direciona, a história da humanidade, inclusive, muitas vezes a história de um povo e de sua religião se confundem. Neste trabalho, cabe trazer uma perspectiva histórica focada na história ocidental europeia, pois é o que mais influencia as atividades educacionais e os valores do contexto brasileiro. Não pretendo negar que a história do Brasil está repleta de outras influências - africanas, dos povos nativos e de outras relações internacionais – no entanto, para o propósito do trabalho de perceber as ações da religião junto ao Estado e, levando em consideração o contexto repressor da história do Brasil, principalmente no contexto religioso e especialmente nos primeiros séculos, este enfoque é mais pertinente. A intenção não é fazer uma exposição muito extensa e detalhada, apenas o importante para perceber as influências e atividades da Igreja Católica junto ao Estado, afim de contextualizar a situação do Brasil hoje – digo da Igreja Católica

especificamente, pois, como será possível observar, ela foi majoritária nos últimos dois milênios.

As contribuições deste capítulo foram feitas, principalmente, a partir da consulta da Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe, de alguns artigos de Emerson Giumbelli e Leandro de Carvalho, de uma reportagem de Rodrigo Cavalcante da revista Super Interessante, do Dicionário da História do Brasil de Moacyr Flores, e de algumas teses e trabalhos de conclusão de curso e outros, além dos conhecimentos históricos adquiridos no colégio e nas aulas expositivas da faculdade.

Na Antiguidade, as manifestações religiosas eram bastante diversificadas, não existia uma religião hegemônica, mas já existiam conflitos – o contexto religioso, inclusive, tem uma forte presença de conflitos, justificados ou pela tentativa de hegemonização ou pela repressão a uma prática religiosa considerada intolerável. Um dos primeiros grandes conflitos que se têm registros concretos é o da perseguição sofrida pelos católicos por conta dos judeus e pagãos. Notavelmente, mesmo neste contexto de perseguição, o cristianismo consegue propagar-se pelo Império Romano e, em meados do século IV, seus fiéis conquistam o direito ao culto concedido pelo imperador Constantino e, ao final do século, após um fluxo de expansão, aquela se torna a religião única e oficial do Império Romano. A partir de então, surge a instituição da Igreja Católica, que começa um movimento de conquista de fiéis e de território muito parecido ao movimento do próprio império de conquista política.

O Império Romano, se encaminhando à decadência, é dividido em dois, o ocidental e o oriental, e suas respectivas Igrejas se diferenciam e inicia-se a primeira grande cisão do catolicismo – a Igreja romana ocidental e a Igreja ortodoxa oriental. Com a queda do império ocidental, a organização eclesial toma para si diversas de suas funções e, na tentativa de manter a ordem, muitos dos cristãos dos altos escalões começam a assumir funções civis e



algumas figuras da vida civil, nobres e imperadores, convertem-se a bispos – a vida política e a vida religiosa, portanto, se mesclam fortemente.

A invasão dos povos germânicos marca o fim do império romano e, nesta movimentação, os cristãos, ao se aliarem a estes povos, cristianizando-os e passando seus ideais de justiça e civilização e suas doutrinas, conquistam os territórios do império e, então, inicia-se uma época de expansão territorial e dominação religiosa e política. É neste período, final do século V, que se inicia a Idade Média.

Na Idade Média, a Igreja é densamente politizada, muitos membros do clero são políticos, condes, barões, reis ou duques e o cristianismo procura se expandir para além dos territórios demarcados pelo império romano. A Igreja Católica passa a ser a maior proprietária de terras da Europa ocidental, e, no contexto da cristianização, domina as relações de estudos, de registros literários e bibliotecas da época. Ela começa, então, a se consolidar como uma das maiores instituições religiosas e políticas do mundo ocidental.

Neste contexto, a expansão territorial e política se dá, em muito, pelo movimento das cruzadas e pela criação de diversos mosteiros e escolas nas catedrais, responsáveis pelo processo de educação da época. Inicia-se, também, a reprodução de diversos exemplares da Bíblia afim de auxiliar nestes processos educacionais. A Igreja, portanto, assume a tarefa de disseminar a educação e a cultura e sua influência sobre os acontecimentos sociais, políticos, culturais e de trabalho são magnânimas.

É interessante perceber que, neste período, as classes sociais são divididas entre servos, nobres, e clero, sendo que a nobreza e o clero agiam majoritariamente em consenso e, por vezes até se confundiam. O clero, inclusive, constantemente buscava dinheiro para construir Igrejas e palácios e suprir as ambições dos membros da côrte.

É também nesta época que se inicia o tribunal da Santa Inquisição que acusava e julgava aqueles que não correspondiam aos dogmas católicos, sentenciando-os à perda da

liberdade ou de bens, tortura ou morte. Eram considerados hereges todos que faltavam à fé, tanto aqueles que tinham práticas pagãs, de outras religiosidades e cultos – como o culto a plantas e animais, e a denominada bruxaria -, quanto os que expressavam outros ideais que não correspondiam à ideologia católica, e também os que não se enquadravam nas práticas religiosas determinadas – como o caso de diversas mulheres que questionaram suas delimitações sociais. Os julgamentos eram bastante parciais e imprecisos, era necessário apenas a palavra de duas testemunhas e o réu não tinha o direito de se defender, por conta disso, as inquisições, muitas vezes, mascaravam outros conflitos que não religiosos – especialmente questões políticas.

As inquisições tinham como objetivo propagar a fé e impedir que ela se contaminasse com estas manifestações hereges, além de buscar a salvação da alma, seja através da redenção ou da libertação do corpo. Além disso, a partir do contexto histórico da Igreja Católica, de perseguição, expansão e dominação, é possível perceber que estes tribunais eram, além de uma espécie de defesa, uma forma de demonstrar e efetivar o poder político, visando a manutenção do controle e da dominação através da supressão de conflitos e, muitas vezes, da própria possibilidade de um - evitando, assim, futuras desordens e também servindo de exemplo para a disciplina.

A Igreja, portanto, mesmo com o comando dos reis e da nobreza, agia de maneira similar ao Estado moderno controlando a educação, a expansão territorial militarizada e a justiça, além de ter decisiva presença nos contextos políticos, nas relações de trabalho e na literatura - ela representa, assim, uma das mais sólidas e rígidas instituições de poder.

Este contexto dura até, aproximadamente, o período entre os séculos XIV e XVI, no qual o continente europeu sofre diversas transformações. Este período marca o fim da Idade Média e do feudalismo e início da Idade Moderna e do capitalismo, a partir da cristalização dos comerciantes burgueses como uma nova classe social influente e da criação do Estado

Nacional Moderno. Para além dos contextos políticos e econômicos, estas modificações se expressam nos mais diversos âmbitos da sociedade, como, por exemplo, fortes mudanças nas artes, na filosofia e nas ciências expressadas pelo Renascimento – concretizando uma aguda transformação cultural. É nesta época, também, que Constantinopla, sede da Igreja ortodoxa oriental, é dominada pelos turcos, acabando com o império cristão do oriente.

A Igreja Católica, sendo uma evidente figura política, também faz parte deste contexto de mudança. O desenvolvimento da ciência dá início a uma época de questionamento das crenças e verdades reproduzidas pelo catolicismo, inclusive e, principalmente, no âmbito da liberdade e da organização política, de forma que o monopólio dos saberes pela Igreja passa a ser questionado. Nos séculos seguintes, este movimento é reforçado pelo progresso dos ideais iluministas e do liberalismo, o que enfraquece a influência da religião e culmina na separação entre Igreja e Estados.

No século XVI, acompanhando as mudanças sociais, Martinho Lutero e João Calvino, dois monges cristãos, começam a questionar as doutrinas e dogmas católicos e iniciam um processo que resulta na segunda grande cisão da Igreja Católica – a Reforma Protestante. A Igreja Protestante evidencia como a transformação religiosa acompanha a transformação social, ou seja, como a reforma econômica e política reflete também numa reforma da religião, mesmo porque, os protestantes refletiam interesses da burguesia, como a liberação moral da usura e da acumulação de dinheiro.

O protestantismo se desenvolve em uma grande quantidade de vertentes com algumas diferenças entre si, especialmente em relação a posicionamentos radicais. Em resposta a este movimento, a Igreja Católica começa a contrarreforma, que faz reformas internas ao catolicismo com o objetivo de se refortalecer e, é neste momento, que nasce a Companhia de Jesus – ordem que procura disseminar a fé católica nos diferentes países, especialmente nas novas colônias.

É importante perceber como as grandes rupturas da religião católica se dão mais por conta do contexto político e econômico e, portanto, na esfera da organização da estrutura religiosa representada pela Igreja Católica, do que no contexto da vida religiosa propriamente dita, que acaba se alterando mais em consequência desta reorganização e acompanhando as mudanças culturais e sociais.

Neste contexto de enfraquecimento e sem o império cristão do oriente, a Igreja, na tentativa de difundir o cristianismo e fortalecer novamente a hegemonia católica, dentre outras questões, investe no empreendimento marítimo europeu responsável pela colonização das Américas. É nesta conjuntura que o Brasil entra na cena internacional.

A inserção do Brasil no mundo ocidental se dá, portanto, através da colonização, que tinha como objetivo a busca de riquezas e a expansão do catolicismo e da fé católica. Este foi um processo muito violento de genocídios e domínios físicos e morais, no qual se repudiou totalmente a forma de vida e de religiosidade dos povos nativos em nome da tentativa de criar uma sociedade modelada pelas qualidades da sociedade cristã europeia. Para marcar esta dominação, o território brasileiro foi todo marcado por símbolos religiosos cristãos. Como coloca Mary Del Priore:

O português considerava-se cristão por direito e por nascimento; o indígena era visto como pagão e infiel. Os costumes do primeiro eram civilizados e cristãos; os dos nativos, selvagens e bestiais. Os nomes portugueses eram cristãos, os nomes indígenas, pagãos. O combate contra os indígenas assumia um caráter de uma guerra santa, de uma cruzada: cristãos lutavam contra selvagens perigosos e incrédulos pagãos. Outra consequência desse modo de pensar é que a religião passou a delimitar o território conquistado. Não importava se os indígenas já tinham sido convertidos ou não: as igrejas recém-construídas, as ermidas e os oratórios levantados, as cruzes fincadas marcavam o território português e a garantia do domínio sobre essas almas que tinham de ser trazidas, ainda que à força, para Deus. (PRIORE, 1994, p.9)

Assim, a colonização não foi pautada pelas trocas culturais, mas sim pelo aniquilamento das culturas indígenas e transferência de valores pautada da vida ideal com base da Europa ocidental. O processo de aculturação indígena foi fortemente determinado pela presença da Igreja Católica que, com o objetivo de propagar a fé cristã, impôs uma forma

de vida religiosa, com doutrinas, valores e verdades determinados, e de uma estrutura social bem consolidada.

A partir do questionamento da religião no contexto europeu, e da necessidade de expansão da fé católica, Inácio de Loyola e um pequeno grupo criam, no século XVI, a ordem religiosa Companhia de Jesus, que se coloca a mercê do Papa para quaisquer necessidades da Igreja. Desta forma, são enviados ao Brasil para serem responsáveis pela evangelização dos nativos, além de civilizá-los e, por pressão das elites europeias, se dedicarem à educação. E, assim, os missionários se tornam a mais forte e presente ordem católica do Brasil.

Os jesuítas chegam ao Brasil no ano de 1549, até então as primeiras tentativas de evangelização tinham sido informais, itinerantes, pouco coerentes e tinham obtido poucos resultados – o que gerou uma quantidade muito grande de indígenas assassinados e escravizados. Mesmo depois da chegada dos jesuítas, muitos povoados continuaram a ser destruídos e muitos índios eliminados, pois nem todos os setores da Igreja concordavam com a catequização – muitos acreditavam que, como os africanos, os índios não valiam a pena catequizar e educar e deveriam ser escravizados e eliminados. Sendo assim, os primeiros anos de colonização caracterizam uma época de genocídio e escravização de indígenas e africanos, que, mesmo depois que os jesuítas começam o trabalho, permanece, de forma cada vez mais abafada, até os dias atuais.

É importante entender que, mesmo que os missionários não estivessem aniquilando totalmente os povos nativos, ainda mantinham uma relação de uso de poder, dominação e opressão ao eliminar a cultura e a forma de viver destes. Além disso, para garantir que as almas indígenas fossem entregues à deus era justificado o uso da força, assim, muitos missionários permitiram e se beneficiaram desta violência – mesmo porque, as religiões indígenas eram consideradas superstições demoníacas que deveriam ser eliminadas pela fé cristã e, também os que não se convertiam deveriam ser aniquilados.

Então, com o apoio da coroa, os jesuítas criaram colégios em vilas e cidades e realizaram suas missões em aldeamentos indígenas que denominaram reduções. Nestas pequenas comunidades eles começam o trabalho de educar os nativos de acordo com fé cristã e passaram todos os conhecimentos, como das artes, economia e cultura, sob o molde europeu. Contudo, o modelo missionário só consegue se consolidar e ter certa efetividade no início do século XVII e, em 1618 os primeiros índios são submetidos à primeira comunhão.

A Companhia de Jesus, inclusive, se expande de tal forma que começam a controlar a mais poderosa rede de ensino do mundo, tendo presença na América, África e Ásia. A ordem se torna, então, a principal força da Igreja Católica no período da contrarreforma, renovando a pedagogia na Europa e consolidando a primeira forma de educação escolar no Brasil colonial. Assim, as missões começam a prosperar e ganhar certa independência, mas sempre mantendo sua devoção ao papa.

Apesar de colocar o modelo europeu como a forma de organização social ideal, os jesuítas tiveram que aceitar outras formas de religião e de religiosidade, afinal, precisavam coexistir com a resistência tanto por parte dos povos indígenas quanto por parte dos grupos africanos escravizados. Desta forma, a religião católica, no Brasil, inevitavelmente adquire um caráter sincrético e se diferencia da europeia – por mais que esta permaneça majoritária. Já que, como coloca Emir Sader “a junção de culturas pode ser frustrada, persistem grupos opostos em disputa ou coexistindo com suas diferenças e com níveis muito baixos de consenso” (SADER, 2006, p.389)

No período do século XVIII ao XIX, a Europa passa por uma nova transformação. Neste momento, com o desenvolvimento do capitalismo, do pensamento científico e a ascensão da burguesia, se iniciam dois processos paralelos de reformas, o primeiro é a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial; e o segundo é a ascensão dos ideais Iluministas, que reivindicavam a liberdade econômica e questionavam a política

centralizadora da monarquia absolutista – entrando em choque tanto com a nobreza, quanto com o clero. Estes dois processos culminam em duas importantes revoluções que alteram a forma de vida drasticamente, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

Além disso, a nova forma de produção capitalista requer uma nova forma de comercialização que necessita da liberação dos mercados consumidores, ou seja, uma liberdade econômica tanto para as classes burguesas dentro dos países europeus, quanto no âmbito internacional – de forma que as colônias passam a ser entraves neste desenvolvimento. Tanto o controle econômico quanto o controle político são questionados e, assim, a Igreja Católica, responsável por grande parte do controle e centralização, é questionada e repudiada pela burguesia em ascensão e pela revolução francesa, contrária aos ideais de tradição e hierarquia sustentados pelos nobres e pela Igreja.

Assim, começa a surgir a necessidade de instalação de um Estado laico e da restrição das atividades da Igreja ao campo religioso, de maneira que esta fique subordinada ao rei – o que resulta num processo de separação da Igreja e do Estado. Ainda assim, ela permanece lutando por um lugar ao lado do Estado, de maneira a não perder a sua influência política.

No contexto Brasileiro, os jesuítas estão num momento de sucesso de suas missões, que avançam não só no Brasil, mas também em diversos outros países. O desenvolvimento das reduções brasileiras e a autonomia da ordem jesuítica acabam dando à estas organizações características similares às de um Estado, como economia, educação e mão de obra, que não seguem exatamente as mesmas regras das sociedades europeias.

Diante disso e, num contexto de vulnerabilidade, a Igreja Católica europeia começa um processo de reformas visando a centralização e a racionalização da administração do reino, que até então estava confusa e dispersa. Neste sentido, o avanço da Companhia de Jesus e suas divergências de métodos e regras, demonstrando poder e independência, acabam desagradando ao soberanos católicos, que se preocupam que as colônias fujam de seu controle

e, assim, acusam os jesuítas de formarem um império independente. Na realidade, esta era uma preocupação não tanto com os jesuítas especificamente, mas com qualquer fé que ameaçasse o poder católico, principalmente por conta do contexto.

Na América Latina, o estopim desta tensão acontece quando, numa transação territorial entre Portugal e Espanha, os colonizadores enfrentam a resistência de alguns índios e é iniciada a chamada Guerra Guaranítica – que acaba dizimando o povo guarani. Nesta situação, os jesuítas portugueses são acusados de apoiar o movimento de rebelião que, somada à acusação de que estariam fundando um império independente, culmina na expulsão da ordem da colônia, seguida de sua dissolução ao final do século XVIII.

Entretanto, a expulsão dos jesuítas do território brasileiro não tem grande impacto no modelo educacional ou nos valores passados pela catequização e educação, pois seus discípulos continuam com este processo de maneira bastante similar, ou, pelo menos no que diz respeito ao conteúdo religioso e moral. Em relação a outros conteúdos, o Brasil sofre algumas alterações na tentativa de se adaptar à nova ordem do capitalismo industrial que se inicia – neste contexto, a educação em nível superior passa a ser voltada à profissionalização para suprir as maiores exigências dos operários colocadas pelo capitalismo industrial.

A saída dos jesuítas do Brasil e a crise vivenciada pela Igreja Católica no contexto europeu permitem que outras religiões comecem a crescer no território brasileiro. No decorrer do século XIX, os protestantes, os ortodoxos orientais e os judeus montam sedes no país e começam a acoplar fiéis. Além disso, a companhia de Jesus é restaurada pela Igreja, que está mais fortalecida com as conquistas de Napoleão, e também retorna ao país no meio do século. Este retorno é importante, pois, apesar de ter certa estabilidade, a religião católica permanece em crise com as movimentações de separação entre Igreja e Estado. Assim, novamente a companhia de Jesus desponta na defesa da fé e continuam se dedicando à educação.



No início do século XIX, o Brasil declara independência, mas permanece num regime monárquico vinculado ao catolicismo. Até então, os interesses da Igreja e das classes dominantes representadas pelo Estado português coincidiam, no entanto, com a independência; o contexto de crise da Igreja na Europa; o desenvolvimento da ciência; e a mudança dos regimes políticos europeus, a burguesia brasileira se fortalece até desenvolver uma teoria laica e liberal e, então, romper com a Igreja. Assim, em 1889, um ano depois da abolição da escravatura, é proclamada a república e a separação entre a Igreja e o Estado. Perdendo a sua autoridade política, a Igreja se vê obrigada a repensar suas formas de ação e se reestruturar para permanecer na conjuntura política.

Sendo assim, mesmo com a separação, a Igreja procura manter suas influências, especialmente no meio educacional e nas pressões culturais em favor dos cultos católicos. No entanto, a religião é cada vez mais marginalizada em nome da ciência e do pensamento positivista, o que delimita o espaço social religioso e começa a retirar o catolicismo da cena pública estatal.

A educação e a família são as primeiras e mais fortes questões conflituosas entre a Igreja e o Estado – aquela deseja manter a sua autoridade, mas é ameaçada com a educação pública laica e a institucionalização do casamento civil. É interessante notar, no entanto, que, apesar disso, as doutrinas cristãs permanecem presentes no cotidiano e nos valores dos cidadãos e, até hoje, é difícil quebrá-las – isso porque estas crenças foram interiorizadas de uma forma que vai muito além de questões legais e institucionais.

Com isso, a instituição católica começa a perder a sua soberania e precisa procurar outros meios de manter sua presença no governo. A história religiosa católica, então, passa de um contexto intensamente político e econômico, para tentar se manter a partir de um enfoque na vida cultural e educacional. Uma das formas que ela encontra para fazer isso é através da promoção da literatura religiosa.

A independência do Estado abre espaço para uma forte presença do movimento protestante e, em resposta, o catolicismo procura a recristianização. Esta dicotomia está presente também nas discussões educacionais; o ensino livre é defendido pelos positivistas, liberais e cientistas em contraposição aos conservadores católicos, que tentam conter a heresia protestante e manter sua influência enquanto o Estado procura assumir o controle da escola.

Nas décadas de 1920 e 1930, a Igreja Católica começa a se reestruturar, formando instrumentos de ação política, como a Liga Eleitoral Católica, para garantir sua presença nos debates políticos. Ela retorna quando Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil e, com o processo de nacionalização, incentiva a valorização da Igreja como uma identidade cultural. Além disso, durante seu mandato, Getúlio abre o Estado para a colaboração da Igreja permitindo o ensino religioso facultativo e a presença do nome de Deus na constituição. É também nesta época que é construído o Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro e que Nossa Senhora é proclamada padroeira da nação.

A fim de se posicionar contra os liberais e contra esquerda em ascensão, a Igreja apoia a ditadura do Estado Novo iniciada em 1937 e começa a interferir nas decisões estatais, principalmente nas educacionais. Neste período os debates educacionais são abafados e, na constituição, a educação deixa de ser um direito de todos e dever do poder público, desobrigando o Estado da manutenção e expansão do ensino público.

A Igreja, assim, amplia e moderniza sua estrutura e estratégia de ação e começa um processo de recuperação do espaço político e social. No final da década de 1950, então, é criada a CNBB, Confederação Nacional de Bispos Brasileiros para coordenar a ação da Igreja no país.

Sendo assim, a Igreja inicia a década de 1960 com um processo de politização e conscientização ao ocupar espaços vazios deixados nas comunidade urbanas pelas falhas das organizações políticas e sistemas de representações. Nesta mesma década acontece o Concílio

Vaticano II que, diante do contexto de perda de poder, pensa uma nova postura procurando agir nos espaços deixados pelo Estado. A instituição católica, então, começa a se preocupar com questões sociais e injustiças como a fome e o desemprego e inicia-se um diálogo entre as correntes marxistas e os cristãos – pelo menos no Brasil. Assim, diferentes congregações criam orfanatos, hospitais e todo o tipo de escolas e colégios.

É neste contexto que surge a Teologia da Libertação, um movimento político religioso voltado às exigências de uma práxis revolucionária que tem atuação pastoral e política e é pregado por grupos socialistas católicos, que trazem uma nova visão da instituição religiosa afim de compensar a longa história de opressão exercida por ela desde a colonização – o que aproxima o clérigo das causas populares. Motivados pelo amor ao próximo e pela luta contra a pobreza, eles propunham a interpretação da fé cristã pelo prisma da luta e da esperança de mudança dos pobres; a crítica social e institucional; e a reformulação da ação pastoral e da atividade da Igreja por uma perspectiva crítica e do ponto de vista dos mais pobres. É neste contexto que surgem as Comunidade Eclesiais de Base e as pastorais populares da Igreja.

Este movimento, no entanto, não foi bem aceito pelo Vaticano, que inicia uma reação conservadora no íntimo da Igreja Católica pelo resgate da moral cristã e a romanização da Igreja brasileira.

No período ditatorial do Brasil, iniciado em 1964 e finalizado em 1985, estas vertentes sociais católicas começam a ser perseguidas e, novamente, existe uma ruptura entre Igreja e Estado. Além disso, a comunidade eclesial internacional continua pressionando as linhas progressistas católicas em nome de uma reconversão da América Latina.

Ao final do regime ditatorial, e no decorrer das décadas de 1980 e 1990, diante da pressão papal, da redemocratização da sociedade brasileira e da queda da URSS, a teologia da libertação têm sua influência reduzida, o que possibilita o fortalecimento da Renovação Carismática Católica. Este é um movimento da Igreja Católica nascido nos Estados Unidos,

que traz um método com ênfase numa experiência pessoal com deus e que propõe o retorno de práticas mais tradicionais do catolicismo, se adequando mais às exigências do Vaticano.

Também na década de 80, o movimento Neopentecostal de uma vertente evangélica protestante, surgida também nos Estados Unidos, se expande massivamente no Brasil. Os neopentecostais procuram o alívio no sagrado para uma vida sofrida, pregando que o cristão deve ter a plena fé ao manter sua saúde física, emocional e espiritual, além de buscar a prosperidade material. O proselitismo destas Igrejas se dá muito pelo apelo emocional e pela esperança cega em deus e na bondade de deus. É uma forma de garantir a felicidade pela aceitação das condições sociais de vida e, assim, o controle e exploração da massa de fiéis. A maior representante desta vertente no Brasil é a Igreja universal do Reino de Deus, que se mantém muito próxima das classes populares numa quantidade absurda de cidades pelo país.

É no contexto conflituoso do século XX que o pluralismo religioso consegue florescer, permitindo que diferentes religiões e grupos religiosos consigam aparecer no contexto brasileiro. No entanto, diante das repressões políticas, é só no final do século, quando a Igreja Católica enfim se enfraquece, que a diversidade religiosa consegue ser efetivamente resgatada. Os principais grupos a se proliferar são vertentes dos grupos católicos, protestantes, espíritas e grupos afro-americanos – mas uma diversidade grande de religiões consegue se instalar no Brasil neste momento, como os islâmicos, hindus e budistas.

O sincretismo religioso acontece graças às resistências, e sempre esteve presente no Brasil. Apesar de sofrer grandes repressões, as religiosidades africanas, mais fortemente, e as indígenas, conseguiram resistir ao acoplarem suas divindades aos cultos cristãos e, assim, continuarem com seus cultos disfarçadamente. O sincretismo religioso é maior em relação ao catolicismo com as crenças africanas do que com as deidades indígenas porque os africanos escravizados, ao se reunirem nas senzalas e nos quilombos, praticavam seus ritos de forma a ampliar o leque do cenário religioso, e os indígenas tiveram menos esta possibilidade, pois

foram mais fortemente reprimidos, especialmente na questão religiosa. Diferente de outros países da América Latina, a civilização nativa brasileira não teve uma forte resistência nem figuras de heróis indígenas. Ainda assim, muitos indígenas e africanos mantiveram suas crenças originais, que puderam surgir no contexto do século XX com o enfraquecimento político do catolicismo.

Enfim, esta coexistência de religiosidades permitiu que as novas experiências religiosas aflorassem no Brasil, misturando elementos africanos, cristãos (católicos e protestantes), indígenas e espíritas – sendo que este último aparece no século XIX, a partir de experiências médiuns e do Livro dos Espíritos do francês Allan Kardec, e também sobre grande oposição por parte do catolicismo, mas consegue se disseminar rapidamente e atinge um grande número de adeptos no último século. A umbanda, por exemplo, é uma forma religiosa que parte do espiritismo e se mistura com crenças de matriz africana. Com a inevitabilidade da expansão do campo religioso, as formas sincréticas de religião foram aceitas no Brasil inclusive por parte das práticas católicas, que, muitas vezes, modificaram seus Santos ou até mesmo englobaram entidades de outras religiões. Este sincretismo, trocas e compartilhamentos de entidades, é facilmente observado nas expressões musicais.

Assim, atualmente, as expressões religiosas no Brasil são bastante diversas e, em certos pontos, similares. Toda a América Latina, inclusive, apesar de ser considerada um continente católico, tem uma grande multiplicidade de expressões religiosas e espirituais, mas que ainda sofrem repressões e perseguições. Pensando no sincretismo, percebemos que, mesmo os que se dizem católicos já não são uma expressão da Igreja Católica romana propriamente dita e, ultimamente, as pessoas facilmente acreditam, praticam ou aceitam diversas formas de religiosidade vindas de diferentes fontes religiosas.

O contexto da década de 90, de reafirmação do neoliberalismo econômico e político, além do aumento da pobreza, desolação, desemprego e no retrocesso de projetos coletivos

ajuda a animar as tentativas de aproximação de fé expressas pelas diversas religiões coexistentes, desde diferentes grupos católicos e protestantes, até as manifestações do espiritismo, do candomblé e da umbanda.

A partir desta pequena exposição da história da religião católica e das religiosidades no Brasil, podemos perceber como a história da Igreja Católica é muito mais uma história de uma instituição política que usa a religiosidade como uma forma de homogeneização para facilitar o controle e o domínio territorial e ideológico, visando manter uma ordem de poder político, do que um caminho dos cultos religiosos. O próprio processo de sincretismo demonstra como os cultos facilmente conseguem coexistir e se comunicar através de trocas e compartilhamentos de entidades e crenças sem que, necessariamente, um se sobreponha ao outro. Todos os conflitos religiosos importantes destacados neste capítulo foram conflitos políticos por conta da tentativa de dominação de um grupo religioso específico sobre os outros grupos – não é possível dizer que a dominação é de uma religião inteira sobre outra, pois não necessariamente este grupo diz respeito a todos os fiéis de uma religião ou, até mesmo, às crenças de uma determinada religião, mas sim aos interesses de um grupo da instituição religiosa, participante do contexto político.

É então, a partir da percepção das outras religiões abafadas pelo catolicismo que é possível perceber como a religião é fruto e fonte da cultura e, como esta, é difusa, e não hegemônica e, inclusive, traz diferentes manifestações da fé.

As cisões enfrentadas pelo catolicismo demonstram que uma religião não consegue ser imposta soberanamente sobre todas as pessoas, pois a capacidade de reflexão individual de cada um gera diferentes formas de encarar uma mesma crença ou atividade religiosa. Os conflitos religiosos são mais uma dentre as várias tentativas de hegemônizar os comportamentos, pensamentos e crenças dos seres humanos – ignorando a individualidade inevitável de cada um. Estes conflitos se dão sempre por conta de um contexto de dominação

de uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas sobre as outras, que, diante da dificuldade de colocar uma ideologia como única e correta para um grande número de pessoas, se veem na necessidade de dominá-las para alcançar este objetivo.

Além disso, apesar desta instituição ser marcada por várias experiências que a transformam ao longo do tempo, todas estas transformações religiosas acompanharam transformações sociais – em momentos de questionamento da ordem vigente a religião também é contestada, pois ela também mantém esta ordem. E, assim como a sociedade, as diferentes manifestações religiosas provenientes destas rupturas não são questionamentos profundos da forma de organização social, mas apenas pequenas reformas em uma organização que permanece seguindo os mesmos princípios – elas também reproduzem as mesmas tentativas de hegemonização através de diferentes formas de opressão.

Sendo assim, é perceptível que, durante a maior parte dos dois últimos milênios, a religião católica foi majoritária na cultura e educação ocidentais, mas, sempre por meio da repressão de outras formas de pensamento; de guerras; de rupturas e outras formas de conflito. Na tentativa de evitar o conflito, a Igreja Católica procura agir através da educação, transferindo para as pessoas desde pequenas uma forma de ver o mundo com valores, crenças e moral determinada e colocada como uma verdade que não deve ser questionada – afinal, se o for, será severamente castigada.

Portanto, a maioria dos nossos valores passados por tradições, especialmente tradições educacionais, são baseados não em uma verdade superior, mas sim em uma fé determinada por uma instituição que, como vimos, é violenta, punitiva, dominadora, repressiva e não valoriza as diferentes manifestações do pensamento e do sentimento humano – que são, a meu ver, válidas pelo simples fato de serem parte do pensamento humano coletivo que se desenvolve no desenrolar da história.

Enfim, é perceptível que a maior ferramenta que a instituição da Igreja Católica usa para conquistar e dominar os povos é, além da violência, a educação. São os valores educacionais que passam, portanto, as determinações católicas e que reproduzimos sem nos darmos conta de que são frutos de uma concepção de um grupo determinado e não uma verdade que deve ser passada de geração em geração. Se faz necessário um enfoque nas relações educacionais para pensarmos esta relação dos valores e como eles são colocados. Será este o foco do próximo capítulo.



### **3 – A religião em sua relação com os valores educacionais**

Antes de iniciar as reflexões deste capítulo, vale ressaltar que, para o objetivo do trabalho, as questões educacionais pensadas dizem respeito mais ao ensino formal primário do que ao ensino universitário ou outras formas educacionais, levando em consideração que é neste período que são mais trabalhados os valores e as formas de conduta, sendo que, mesmo trabalhando ainda estas e outras questões na adolescência, este é um período no qual o ser humano já está com valores e crenças sociais mais consolidadas. Além disso, apesar das considerações terem um foco na estrutura escolar, entendo que os valores religiosos transcendem, para além do contexto escolar, toda uma estrutura familiar e social.

Conforme descrito no capítulo anterior, o sistema educacional formal, no Brasil, se inicia a partir da ação da Companhia de Jesus e segue este modelo até o final do século XVIII, quando, num contexto de questionamento das verdades religiosas, são expulsos os jesuítas. Esta expulsão e o contexto científico trazem novos conteúdos, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, e iniciam o ensino laico no Brasil, no entanto, o modelo do ensino, especialmente do ensino primário, permanece muito similar e continua sendo ministrado, em muitos lugares, por religiosos e discípulos dos jesuítas.

No decorrer do século XIX, são criadas muitas escolas e faculdades religiosas e o retorno dos jesuítas ao Brasil traz um retorno também de seu ensino. Neste período, o ensino primário brasileiro era de responsabilidade das províncias, o Estado se preocupa e investe apenas no ensino superior. A primeira constituição depois da proclamação da República reforça o ensino laico a partir da separação da Igreja e, assim, a enfraquece consideravelmente no contexto brasileiro, especificamente no contexto educacional – ou, pelo menos no que diz respeito ao conteúdo do ensino e ao ensino religioso.

A Primeira República é caracterizada pelo entusiasmo pela educação através da tentativa de expansão da rede escolar e pelo otimismo pedagógico, que procura pensar os aspectos qualitativos educacionais. Neste momento, a pedagogia tradicional representada pela Igreja Católica começa a disputar com uma nascente perspectiva da pedagogia nova, que coloca a criança no centro do processo educacional, e uma pedagogia libertária, primeira organização do proletariado urbano que cria as escolas modernas de São Paulo.

O retorno da influência religiosa no governo de Getúlio Vargas traz de volta o ensino religioso como facultativo na legislação, sendo que não participa apenas quem expressa o não interesse e representa um retrocesso no processo de emancipação e avanço educacionais. É nesta época, em resposta à Revolução de 30, que alguns intelectuais redigem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que critica as ações da Igreja junto ao ensino, e defende uma escola pública laica, obrigatória e para toda a população. Apenas em 1946, o ensino religioso adota um caráter optativo, mas dessa vez com a matrícula facultativa. Em 1964, com o golpe militar, o ensino religioso permanece nos mesmos moldes de 1934 do governo de Vargas. Neste momento, as discussões a respeito da educação e dos modelos educacionais são bastante abafadas pela sequência de governos autoritários.

É apenas em 1985, com o fim da ditadura, que o ensino religioso é repensado novamente e, em 1988, a Constituição tem um caráter laico que traz a formação básica comum a todos, determinando a fixação de conteúdos mínimos para o ensino e mantendo o ensino religioso como disciplina facultativa das escolas públicas. É neste momento que cresce uma discussão a respeito da universalização do ensino público e, por isso, a discussão acerca dos formatos e conteúdos da escola, e também sobre a religião dentro e fora desta, fica mais presentes e mais fortes.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 traz, então, a manutenção do ensino religioso facultativo, no entanto, adiciona a proibição do proselitismo de qualquer tipo por parte das

instituições de ensino, além de determinar que o custo deste ensino não deve ser arcado pelo setor público. O texto da LDB foi alterado algumas vezes e, hoje, a respeito do ensino religioso, o texto está da seguinte forma:

Art. 33º. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (BRASIL, 1996, p. 13)

Ainda em 1996, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais, que trazem os conteúdos e outras questões a serem trabalhados no ensino fundamental, divididos entre os do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano. Não existe um PCN a respeito do ensino religioso propriamente dito, no entanto, a religião é citada no documento, especialmente quando se trata da ética no ensino básico.

A discussão a respeito do ensino religioso nas escolas ainda é uma discussão presente, atualmente várias opiniões são levantadas a esse respeito e ainda são feitas alterações legais, como, por exemplo, a alteração da Lei Estadual do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2000, que dispõe sobre as aulas de ensino religioso nas escolas públicas daquele estado. Além disso, mesmo com o Estado e o ensino determinados laicos, as escolas ainda reproduzem muitas determinações religiosas, explicitadas pelos livros didáticos e pelas práticas de muitos professores e instituições, que muitas vezes incluem rezas e orações no cotidiano das crianças, além de permitir símbolos católicos nas paredes, expressando determinada religiosidade.

Para além da questão educacional, a própria relação entre a Igreja Católica e o governo brasileiro é mais íntima do que em relação às outras expressões religiosas, ainda que, mesmo permanecendo majoritária, a quantidade de católicos tenha diminuído expressivamente nos últimos tempos. Esta Igreja permanece investindo nas relações políticas com os países,

demonstrada, por exemplo, pelas visitas do Papa<sup>2</sup> e por toda a preparação e investimento para este evento – especialmente no Brasil. Além disso, em 2008, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assina uma concordata com o Vaticano, demonstrando explicitamente o poder econômico e político da Igreja Católica na sua relação com o Estado, diferentemente de qualquer outra religião e consolidando um regresso em relação à autonomia e liberdade das escolas e do ensino público.

Pensando a partir das contribuições de Durkheim e Bakunin a respeito da autoridade presente nas religiosidades, é possível entender o Estado como uma nova manifestação social que, apesar de se descolar dos cultos e manifestações religiosas, mantém o mesmo caráter autoritário da Igreja Católica. A autoridade divina, que é, na realidade, a manifestação da autoridade coletiva e da solidariedade e causalidade entre todos os seres individualizada, se descola da ideia de divindade, mas mantém seu caráter impositivo, violento e autoritário. Sendo assim, mesmo sem a figura de deus, o Estado continua agindo conforme uma autoridade de domínio, privilegiando interesses de um grupo em detrimento de outros ao invés de uma autoridade de respeito solidário.

A manifestação desta autoridade é mais forte nos meios educacionais, no qual permanece, atualmente, reproduzindo estas relações de autoridade e transmissão de valores cristalizados de forma a enquadrar os pequenos cidadãos nos moldes sociais repressores.

É interessante perceber, assim, que a educação é um dos grandes interesses do catolicismo, e não pela passagem dos conteúdos em si, mas mais pela institucionalização dos valores e doutrinas religiosas – importantes para a manutenção do catolicismo e da Igreja Católica como religião de mais poder. As ações assistencialistas da Igreja são uma demonstração desta tentativa de se aproximar das pessoas e trazer regras de conduta católicas. Além disso, a educação não-formal, campo relativamente novo no Brasil, que visa, dentre

---

<sup>2</sup> A última visita do Papa, em 2013, por exemplo, gerou uma polêmica em relação ao seu financiamento, que pode ter custado milhões de reais aos cofres públicos apenas para receber um ícone da religião católica.

outras coisas, trazer uma educação para a cidadania preenchendo algumas lacunas deixadas pelo ensino regular, tem uma forte presença de instituições religiosas que discutem os valores e os comportamentos das crianças sob uma base cristã.

É bastante explícito, então, que o interesse católico, assim como de outras religiões, é majoritário sobre as regras de conduta e a catequização das pessoas para a manutenção da dominação através, principalmente, do poder político e moral, por isso, o intenso interesse sobre a educação e a recorrente discussão e presença religiosa nas escolas.

Enfim, apesar das rupturas e a da teórica laicidade do Estado, e para além do ensino religioso propriamente dito, o catolicismo ainda se faz muito presente na reprodução dos valores e modelos de vida e de ensino. Mesmo porque, a discussão a respeito do ensino religioso nas escolas é muito pautada no conteúdo, retirando o ensino do catolicismo e trazendo os conteúdos científicos em detrimento das teorias criacionistas, mas as questões religiosas transversais ainda permanecem com uma considerável presença. A própria presença do ensino não formal demonstra esta constante preocupação religiosa com o sistema educacional no que diz respeito às regras de conduta e à cidadania.

A relação entre educação e religião hoje vai, portanto, muito além do ensino laico e das mudanças dos conteúdos e formas da escola, pois permeia as relações e as formas de se relacionar presentes não só nas escolas, mas reproduzidas por elas. A relação religiosa está presente na cultura escolar e no processo educativo que prepara o educando para a vida social, intelectual e cultural; todo o processo de escolarização segue uma lógica da autoridade divina, ou seja, uma lógica opressiva religiosa – a institucionalização, a burocratização, a massificação e a hierarquia presentes neste processo demonstram uma lógica de supressão das sensibilidades e conhecimentos individuais e locais em nome de uma submissão a uma autoridade externa e divina. Sendo assim, as raízes educacionais católicas são mais difíceis e

mais lentas de mudar do que o ensino religioso propriamente dito ou, até mesmo, do que a relação desta religião com os poderes políticos.

Desta forma, sendo a religião uma manifestação social e, logo, cultural, este processo de solidificação cria conflitos internos, pois a cultura se transforma conforme a sociedade se modifica. Isso é explicitado pelos inúmeros conflitos que surgem dentro das instituições escolares. Rubem Alves, no livro *O que é Religião*, reflete sobre como a criança chega num mundo que já tem uma cultura solidificada e, assim, recebe ensinamentos e valores que já estão naturalizados como realidade – o que demonstra a presença católica nos valores educacionais passados dentro e fora da escola, mas fortemente reforçados por esta:

“Aqui está a curiosa propriedade a que nos referimos: nós nos esquecemos de que as coisas culturais foram inventadas e, por esta razão, elas aparecem aos nossos olhos como se fossem naturais. (...) Isto acontece, em parte, porque as crianças, ao nascerem, já encontram um mundo social pronto, tão pronto e tão sólido quanto a natureza. (...) Além disso, as gerações mais velhas, interessadas em preservar o mundo frágil por elas construído com tanto cuidado, tratam de esconder dos mais novos, inconscientemente, a qualidade artificial (e precária) das coisas que estão aí.” (ALVES, 1981, p. 37)

Segundo ele, os símbolos, neste contexto, “deixam de ser hipóteses da imaginação e passam a ser tratados como manifestações da realidade” (ALVES, 1981, p. 38). É neste sentido que os valores, os dogmas e as doutrinas religiosas em muito são solidificados, naturalizados e reproduzidos sem abrir o espaço para o questionamento e transformação destes valores e, conseqüentemente, da sociedade por parte das novas mentes pensantes. É claro que os questionamentos não deixam de acontecer e resultar em diversos tipos de resistências, lutas e transformações sociais. Só que estas reflexões acontecem em contextos específicos que permitem isso, enquanto na grande maioria dos contextos, especialmente dos contextos escolares, os valores reproduzidos ainda são aqueles cristalizados no passado sob uma perspectiva principalmente católica. Neste sentido, a separação entre a Igreja e o Estado e a proliferação de diferentes religiosidades no contexto brasileiro ainda são bastante recentes, o que contribui para a manutenção desta realidade.

Os conflitos são, assim, consequências do próprio processo de hegemonização, já que este se dá a partir da deturpação da autoridade coletiva e do processo de racionalização do ser humano e a encara como um privilégio de um grupo, gerando a dominação e a imposição de regras. Como os indivíduos e grupos sociais todos desenvolvem a razão, o conflito se torna inevitável e sua solução se dá através do uso da força e, posteriormente, da educação.

Sendo criada neste sentido, a escola permanece sendo, portanto, uma instituição que naturaliza e passa determinados valores e, como coloca Bakunin em meados do século XIX, ela é uma nova forma de manifestação da Igreja – esta se torna a escola. A história demonstra isso, contudo, mostra também que, com a ciência, a escola passa a desenvolver a razão e não a fé e por isso seu caráter se altera bruscamente, pelo menos em relação ao conteúdo, até que, atualmente, começa a se discutir os valores e ideais passados transversalmente no contexto escolar.

Ainda assim, o ensino dito laico tem influências da religião e Igreja Católica. Estas influências misturadas com a tentativa de laicidade geram leis contraditórias e conflituosas, como aponta Luiz Antonio Cunha:

No que diz respeito ao conteúdo, o decreto diz que o Ensino Religioso deve "assegurar o respeito a Deus, à diversidade cultural e religiosa, e fundamentar-se em princípios de cidadania, ética, tolerância e em valores universais, presentes em todas as religiões". Ao mesmo tempo, o decreto afirma a proibição ao proselitismo nas escolas públicas, assim como qualquer manifestação em desacordo com o direito dos alunos e de suas famílias de professarem um credo religioso "ou mesmo de não professar nenhum". (CUNHA, 2009)

Fica explícito que os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais, que determinam os conteúdos a serem trabalhados nas escolas, transmitem valores determinados, pré-definidos e com vieses religiosos, ao colocarem, por exemplo, o respeito a deus como um valor universal.

Assim como o contexto religioso no decorrer da história europeia e da história do Brasil, as questões educacionais em relação à religião são manifestações de interesses muito mais políticos e sociais do que propriamente religiosos. Já que, enquanto instituição, a Igreja

procura a manutenção econômica, a expansão da instituição e a reprodução dos quadros clericais, além de disseminar a vida baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo.

Desta forma, conforme a o contexto político brasileiro se altera, também mudam as relações educacionais e, em relação ao ensino religioso, o último século demonstra diversos avanços e, ao mesmo tempo, diversos retrocessos no sentido de uma escola laica, livre e de reflexão social. A escola, neste sentido, permanece como uma instituição de controle da liberdade e determinação da vida dos estudantes conforme seu contexto social e político. Enfim, fica claro que religião e educação determinam e são determinadas pelo contexto cultural e sócio econômico, de maneira que constantemente alteram seus métodos, formatos, conteúdos e funções.

A vida religiosa está misturada com a vida social e educacional de tal forma que a moral e os valores são incorporados de modo que são colocados como regras superiores, religiosas, e não como regras sociais passíveis de discussão e, inclusive, que devem necessariamente se transformar, já que a sociedade está constantemente em discussão e transformação. Sendo assim, a religião se naturaliza e se torna parte de uma cultura, mas uma cultura determinada por uma forma específica de ver o mundo que reproduz determinações colocadas a partir de um grupo social em determinado contexto e não regras gerais de comportamento humano, inquestionáveis por estarem atreladas a uma força maior.

O debate a respeito da ética discutida na escola reflete o debate social a respeito da determinação do que seriam regras de comportamento humano e da tolerância a respeito das diversas formas de manifestação religiosa e social. O ensino, ao invés de colocar e determinar as regras como uma forma correta a ser seguida, deveria trazer o debate e as diferentes perspectivas de maneira a construir e desenvolver uma nova forma de relação social, a partir das diferentes vivências e valores explicitados em diferentes épocas e contextos. A autonomização do ensino neste sentido acompanha a sociedade e as manifestações sociais,



que, constantemente em discussão, questionam e constroem novas formas de relações sociais e, por isso, permitem que a sociedade esteja em constante transformação e desenvolvimento. Para além do ensino religioso, portanto, a discussão em relação aos valores e formas de relação e autoridade no contexto educacional traz uma discussão que engloba toda a forma de funcionamento da escola formal atual e também da educação como um todo.

## Considerações Finais

As manifestações religiosas fazem parte da história de todas, ou quase todas, as sociedades e, sendo assim, são manifestações totalmente válidas, que acompanham a história do ser humano e das organizações sociais desde praticamente seu início e, por mais que esse trabalho faça uma crítica a esta instituição e à forma como ela se coloca no decorrer da história, não faz sentido negá-la como uma manifestação social presente e importante. Afinal, como coloca Durkheim "Todas [as religiões] são verdadeiras a seu modo: todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas da existência humana." (DURKHEIM, 1996, PG VII).

O objetivo do trabalho, então, é o de repensar a forma como encaramos e discutimos este fenômeno religioso atualmente. A partir das exposições feitas no decorrer do trabalho a respeito do significado e função da religião, de sua história política e de sua relação com o meio educacional, é possível fazer algumas reflexões.

Partindo das perspectivas de Durkheim e de Bakunin apresentadas no primeiro capítulo, penso a religião como uma manifestação social que, diante da relação do pensamento humano ainda jovem e confuso com as relações naturais e sociais que geram tanto a curiosidade quanto o medo, é exposta sob uma forma fantástica que acaba se sobrepondo aos próprios humanos que a pensaram. Sendo assim, a partir da sua fraca percepção de suas próprias capacidades racionais ainda em fase inicial, e diante da sua relação com o mundo, que tem uma causalidade e uma ordem a princípio inexplicáveis, o ser humano cria um mundo sagrado superior a ele. Portanto, entendo esta noção de superioridade como uma reação tanto às surpreendentes manifestações das causalidades naturais, quanto à força e ao pensamento coletivo manifestados na reunião dos indivíduos através e dentro deles.

Sendo assim, como colocado no início do trabalho, a religião é uma manifestação primitiva da razão que ainda não compreende completamente nem as relações naturais, nem as relações sociais e muito menos o seu próprio funcionamento. No entanto, o fato dela ser inspirada em manifestações naturais que dizem respeito a um sentimento e a uma forma de vida e relação do humano com a natureza faz com que ela não consiga ser tão facilmente superada pelas explicações racionais e evolutivas e permaneça até hoje com uma forte presença no imaginário coletivo humano. Desta forma, a religião, através da expressão das forças morais, cria regras de convívio social determinadas por um grupo definido para toda a sociedade. Ela é uma expressão de uma organização social e de um imaginário coletivo, sendo, assim, em parte razão coletiva e em parte imaginário coletivo e força social.

Esta expressão de fé, construída social e culturalmente, no decorrer da história, gerou diversos conflitos e guerras por conta da tentativa de universalização e hegemonização dos saberes, costumes e valores – o que vai contra a liberdade, a expressão e a convivência de vários grupos, pois gera a desigualdade e a repressão. A força e autoridade coletivas que geram o mundo sagrado, ao serem individualizadas e hierarquizadas, por conta da sua má interpretação, se tornam algo sólido, único e superior que transforma o que é coletivo, solidário e múltiplo em violento, hegemônico e autoritário e gera o contexto conflituoso da história das religiões. É neste sentido, de ser uma determinação externa que define, de forma opressiva, valores, comportamentos e crenças, defendida por uma concepção divina de uma qualidade humana, que Bakunin a encara como uma escravização do homem em nome de deus e dos homens de deus na terra.

A religião, então, tem um papel muito importante socialmente, não é apenas uma ilusão, mas uma forma de dominação que, através das forças morais, coerções psicológicas e sensoriais, e através da fé, alcança o fantástico do ser humano. Ela reflete a organização e as características da sociedade e tem um papel social ao lado do Estado, incidindo sobre noções

sensíveis, imaginárias e abstratas representadas pela religião, ciências e a arte. Enfim, ela acompanha a sociedade não só política e economicamente como também culturalmente, de forma que, enquanto esta permanecer de dominação e opressão, também permanecerá aquela.

É o caráter fantástico, sustentado ao mesmo tempo por uma vivência estonteante e curiosa com o mundo natural e suas manifestações e, por outro lado, por uma realidade e reflexão individual e social acerca do mundo, dos humanos e de suas funções, que traz questões que caracterizam e sustentam o sentimento da fé – e que, ao meu ver, jamais serão satisfatoriamente contempladas. É este sentimento que garante que, mesmo admitindo explicações racionais para o início do mundo e seus diferentes funcionamentos, as constatações racionais não consigam suprir totalmente as ambições e angústias que a religião preenche.

Portanto, a fé diz respeito a uma característica específica do ser humano, que está em relação não só com a sua intelectualidade, mas também aos seus sentimentos, sensações e vivências e caracteriza, assim, não apenas uma forma de ver e pensar o mundo, mas uma forma de vivê-lo. Assim, as questões sobre as razões da vida e da história do mundo fazem parte de um sentimento, de uma vivência, de uma curiosidade, e de uma admiração gerados na relação do ser humano entre si e com todos os outros seres.

O campo da fé é, assim, um campo bastante poderoso e, por isso, facilita a dominação e dificulta o questionamento da aquisição de valores pré-determinados – e não desenvolvidos na relação e na reflexão de cada ser humano, e de todos em conjunto, com todos os outros seres. É, portanto, na fé, que mora a potência da religião e o poder cristão, que lhe permitiu toda uma dominação, mas que, ainda assim, não conseguiu superar as outras experiências e ideias que pipocam nos diferentes indivíduos e coletivos a partir das relações com o mundo. Isso porque esta esfera diz respeito a coisas que o ser humano não compreende muito bem,

seja a sua própria capacidade de abstração, seja o objetivo de sua vivência na terra ou seus sentimentos e sensações sensoriais, enérgicas ou sobrenaturais.

Além deste caráter e das experiências de cultos e manifestações da religiosidade, este fenômeno, como visto a partir de sua história, tem também um forte caráter político. As manifestações religiosas acompanham, durante todo o decorrer da história, importantes manifestações sociais, influenciando diretamente na organização da sociedade e de suas regras de conduta, determinando funções sociais e relações com fenômenos naturais, como o nascimento e a morte – determinações estas que mudam conforme sociedade e religião se desenvolvem.

A religião é, então, uma forma de dominação colocada como uma verdade absoluta, que castiga aqueles que questionam os valores absolutos ou comportamentos adequados, normais. A repressão se dá por meio da padronização e hegemonização de valores e funções sociais que vai contra a individualidade e a liberdade dos membros de uma sociedade. Assim, o homem se vê numa constante busca por uma força que é, na realidade, intrínseca à ele e ao coletivo, em uma ideia divinizada e exterior, de maneira que as entidades divinas se enraízam de tal forma que toda a sociedade passa a ter a necessidade da instituição religiosa.

É difícil dizer até que ponto as tentativas de hegemonização se dão por conta de uma crença genuína na soberania de deus e até que ponto são tentativas reais de dominação por um sentimento de superioridade gerado pela própria noção do sagrado e da proximidade com ele. De uma forma ou de outra, acredito que estejam presentes estas duas noções, sendo que as ações acabam se justificando sempre pela superioridade divina em detrimento do homem.

Relacionando esta perspectiva com os estudos de Durkheim, podemos pensar que a religião e a divindade ganham esta autoridade por nascerem no momento de reunião coletiva que, pensando nas reflexões de Bakunin, não passa de uma autoridade coletiva mal interpretada. Então, a autoridade natural que o coletivo tem sobre os indivíduos, ao não ser

reconhecida enquanto tal, é individualizada em um ou um grupo de indivíduos, o que gera uma noção de superioridade e ela se torna uma autoridade violenta.

Ao mesmo tempo, a percepção de que essa força é adquirida de uma fonte externa e não interna cria a noção do divino, que é a autoridade maior. Justificam-se, assim, a partir do sagrado e do poder social atribuído aos indivíduos, todas as atitudes de segregação, opressão e dominação social. A noção de autoridade, enfim, se solidifica em um formato de privilégio e exploração – que reflete na vida em sociedade, fundada no controle, na opressão e na dominação. Reconhecendo o indivíduo como a autoridade, ao invés do coletivo, trazem sempre uma figura como o salvador, o enviado, e nunca a salvação na coexistência e na coletividade das pessoas.

É possível pensar, então, que a religião, ao individualizar uma potência coletiva e colocar no indivíduo, e no seu ser supremo, um poder que ele não tem, o permite, conforme seus medos daquilo que é diferente e a partir de suas opiniões de certa forma arbitrárias, subjugar outros indivíduos e dominá-los a partir de sua força e da força do coletivo. Sendo assim, ela, ao gerar o padrão e o diferente, é a primeira e a fonte de todas as formas de repressão de um grupo sobre o outro geradas, a partir do estranhamento, em nome da autoridade divina. É neste sentido que as mulheres, em grande parte das religiões, foram privadas da participação da vida religiosa, desde suas formas mais primitivas até hoje.

Portanto, como Durkheim coloca, o culto individual se desenvolve a partir do coletivo e, cada vez mais em detrimento deste, o poder passa a ser de um ou alguns. Assim, o poder coletivo individualizado no ser humano corrompe este de tal forma que o coloca contra os outros seres humanos e o próprio coletivo, fonte de ser poder. Neste processo os indivíduos e grupos sociais se elevam acima de si mesmos e dos outros de forma que acreditam serem os superiores e cada vez mais se colocam contra os outros, enfraquecendo o espírito coletivo em nome da desigualdade de forças entre os indivíduos, ou melhor, entre os grupos de indivíduos.

Temos, então, a cristalização das funções sociais, que começam a partir de noções religiosas e na tentativa de determinar regras de conduta sociais, afim de colocar uma forma correta e hegemônica de se viver em sociedade – forma essa que não existe se não pelas leis naturais de liberdade e igualdade das relações entre todos os seres, que todos devemos seguir. Começa a se separar em sociedade a função do homem e a função da mulher, além da determinação de uma nacionalidade e forma de vida superior, gerando a escravização e a catequização.

A sociedade, cada vez mais segregada, cria tanto grupos determinados e solidificados pela religião, quanto as características que se deve ter ao pertencer a um destes grupos, como por exemplo as funções do homem e da mulher, que contribuem com a divisão do coletivo e a dominação de uma parte sobre a outra. Desta forma, ou o indivíduo se encaixa na função social ou, se não se encaixa, é colocado como a manifestação do demônio e determinado perigoso, de maneira que é escravizado, catequizado ou guerreado. A escola e a escravização são, portanto, as principais ferramentas da religião.

Não é possível, contudo, separar estes dois caracteres da religião – as manifestações religiosas e as ações políticas. Ela é uma instituição que nasce no âmago das manifestações sociais e é intimamente ligada às suas formas de organização, de maneira que ela é essencialmente política. Desde o início se manifesta como um controle das condutas sociais, já que, além de ditar as regras sociais (inclusive de organização do tempo e espaço), determina os participantes da vida religiosa, que têm uma hierarquia entre si. Não é à toa que o contexto religioso sempre esteve envolto em conflitos, guerras e punições.

Por outro lado, no entanto, nem sempre as convivências dos cultos religiosos significam o conflito, as próprias descrições de Durkheim demonstram uma diferenciação religiosa entre as tribos australianas que se relacionavam e compartilhavam algumas

religiosidades enquanto outras permaneciam diferentes. Contudo, quanto mais a sociedade se expande e se torna mais complexa, mais a presença de conflitos religiosos se faz presente.

Então seria a própria religiosidade, a partir de sua individualização, que teria como consequência as disputas políticas religiosas. No entanto, em certo momento, essas duas noções da vida social começam a se separar, inicia-se uma noção de Estado e de política que se descola do contexto religioso e as manifestações dos cultos religiosos se separam das manifestações políticas de organização e comando social – estas começam a ter uma vida própria. A própria religião começa a se separar em momentos e até em expressões diferentes por diferentes partes dos fiéis – alguns com foco num momento de culto, se dedicando totalmente a ele acreditando estar aí a salvação, e outros que se dedicam à vida política, sendo que surgem muitas críticas entre estas duas esferas.

Chega a ser curiosa essa separação, já que, na realidade, o culto é a origem da sociedade religiosa, e ele é inútil se não for colocado dentro de uma perspectiva política social, já que ele vem da força coletiva, que, ao ser individualizada e separada da sociedade, perde seu sentido. Sendo assim, os fiéis continuam acreditando cegamente numa religião vazia e sem propósito ou sentido que não seja o culto em si, sem nem mesmo perceber o que ele significa. Que, de uma forma ou de outra, é o que acontecia com os nativos que realizavam o culto e sentiam a força coletiva e racional, mas não compreendiam o que faziam.

Desta forma, historicamente, a religião se enfraquece no fortalecimento do Estado e da razão positivista, de maneira que, ao enfraquecer uma religião hegemônica, as outras religiosidades conseguem se expressar e aparecer no contexto mundial. Fica explícito, então, que a religião, além de construir a cultura, é fruto desta, e é também difusa e hegemônica. E assim são também as morais e os valores.

No entanto, o enfraquecimento da instituição religiosa não significa o enfraquecimento de suas ideias de autoridade, valores e moral. O Estado mantém a autoridade divina, sem a



figura de um deus, e também os valores e questões morais. A educação é a responsável pela internalização destes valores cristalizados, sendo que a própria organização escolar reflete as relações autoritárias e hierarquizadas do contexto social. Assim, o comportamento social e as formas de relação e autoridade são ensinados aos indivíduos desde pequenos.

Entretanto, a capacidade reflexiva dos seres humanos e as diferentes relações sociais geram questionamentos e fazem com que, para permanecer cristalizadas, as religiões tenham que usar da força, pois as dominações dos seres humanos precisam que a sociedade seja sólida e homogênea – e ela não é, por isso a presença da violência e dos conflitos.

Diante de um contexto de, por um lado, uma educação da verdade absoluta e, por outro, uma forte e violenta repressão sobre aqueles que a questionam, os valores não são facilmente questionados, e, as questões políticas, que envolvem diversos e poderosos grupos de interesse, consolidam um maior campo de conflito. Sendo assim, colocados, ao mesmo tempo, violentamente e suavemente, através da maciez do dia a dia, as crenças e valores são mais absorvidos e menos questionados.

A mudança na forma de organização social para um Estado uno gera a necessidade de uma unificação da forma de vida, o que traz um novo caráter para as escolas. Além disso, a dominação de outros povos requer um local aonde se aprenda a viver em sociedade conforme as regras estabelecidas pelo grupo dominante. Então, diante da criação do Estado e da ciência, a instituição Igreja começa a ser superada politicamente, e vai sendo cada vez mais restringida aos assuntos estritamente religiosos. Mas ela permanece no contexto educacional e nos valores educacionais, que aos poucos começam a ser questionados por conta da evolução do pensamento humano – que agora já consegue compreender a si próprio.

A educação explica: se você quer andar, coloque uma perna depois da outra; se você quer comer, coma de uma determinada forma e um determinado tipo de alimento; se você quer viver em sociedade fale e faça um determinado tipo de coisa dependendo do grupo a que você

pertence. Assim, passados educacionalmente, todos os nossos valores seriam valores educacionais, sendo que, atualmente, a escola é o lugar aonde eles são muito bem colocados e muito bem determinados, muitas vezes através de imposições e castigos. É na escola que se aprende a viver em sociedade e ter determinadas condutas sociais, e isso nas sociedades atuais, onde cada vez mais as famílias vão se individualizando e a vida social vai se restringindo a espaços determinados.

Gosto de pensar que a sociedade tenha uma história e um desenvolvimento da comunicação e relação entre os seres humanos e, assim, em direção a liberdade de todos e respeito. Neste sentido, assim como coloca Bakunin, não é como se o antigo fosse inferior, ele é uma fase no desenvolvimento da sociedade, reconhecendo que tanto a comunicação quanto as ferramentas se complexificam e se desenvolvem. E a noção de antiguidade como superior e determinante, impõe uma forma congelada e imposta que impede a emancipação da sociedade.

Desta maneira, o pensamento, que no início não compreende sua própria capacidade de abstração coletiva, e que só poderia ser coletiva, já que ele se desenvolve na relação dos seres humanos; a capacidade de abstração só pode surgir num contexto coletivo - e, então, é no desenvolvimento da sociedade que o ser humano começa a compreender sua abstração e a abstração da abstração e, então, não mais pensa sobre si, mas pensa sobre o próprio pensamento. É a partir desta evolução do pensamento coletivo que, acompanhando uma evolução social, o ser humano chega num momento em que começa a pensar sobre si mesmo, sobre seu pensamento, e sobre sua história, suas produções, suas expressões e suas instituições. E estas reflexões começam a partir de questionamentos e conflitos e, por isso, contrário a qualquer forma de dominação e manipulação – enfim, o pensamento coletivo só consegue evoluir no conflito, porque o ser humano questiona, critica, pensa e, assim, se desenvolve e transforma sua relação consigo mesmo e com o mundo.

É, então, a partir do reconhecimento das diferenças esboçadas na coletividade que o pensamento coletivo começa a se expressar e se manifestar livremente. Aqueles que ainda desejam a hegemonia, no entanto, não conseguem aceitar esta malemolência, este novo estágio do pensamento coletivo que, acompanhando a sociedade, cresce conforme as novas gerações, a partir do acúmulo de conhecimento e desenvolvem uma nova forma de pensar e de se relacionar. A lógica do controle e da dominação, ao trazer uma lógica de que aquilo que é antigo e tradicional é melhor do que o novo, trata a educação como o ensino da forma correta de viver e não a partir de uma perspectiva de desenvolvimento social, de maneira que procura trazer novas formas de pensar.

Sendo assim, na realidade, ao nascerem na sociedade desenvolvida e terem o contato com todo o conhecimento humano produzido, cada nova geração traz o desenvolvimento do pensamento coletivo. É claro que precisam aprender a partir das experiências daqueles que já viveram no mundo, mas isso apenas para poder criar novas experiências e não para repetir tudo conforme foi colocado. Desta forma, a tentativa de dominação e cristalização vai contra a natureza do desenvolvimento do pensamento, afinal, a vida não é cristalizada numa forma de viver que deve ser repetida, o ser humano não é determinado, ele não é um animal que tem um ciclo de vida fechado e quadrado, ele tem a capacidade de pensar, e de modificar a natureza e as relações a todo o momento – ele se desenvolve de uma maneira muito peculiar.

Enfim, o homem não depende de uma adaptação arbitrária ao meio, não espera ver qual estrutura genética se adapta melhor à ele, mas transforma a natureza e a si mesmo e, ao mesmo tempo, se adapta ao meio e adapta este a si. Assim, diferente de todos os outros animais, ele se desenvolve, se modifica e caminha numa outra direção.

É neste sentido que tanto o ser humano, quanto sua forma de vida social e suas relações entre si e com a natureza não são sólidas, e sim gelatinosas, se modificando conforme o tempo. E, como coloca Bakunin, é aí que está o problema de procurar no passado as

respostas para as questões do presente, o passado se desenvolveu e os problemas presentes se resolvem, a partir, sim, da compreensão do passado, mas olhando para o futuro – de novo, o passado não serve para entender como as coisas devem funcionar, mas, sim, para poder, a partir da compreensão de como elas funcionaram até o momento, criar novas formas de funcionamento.

É neste sentido que, tanto Igreja quanto escola falham ao reproduzir e repassar as tradições, que, ainda hoje, continuam sendo tradições religiosas que reproduzem valores há muito tempo enraizados, mas que, com a nova percepção da diferença, começam a ser questionados.

Faz pouco tempo que a Igreja se separou oficialmente do Estado, e menos tempo ainda que o Estado brasileiro conseguiu se manter por uma continuidade de anos considerável como um Estado democrático. E, mesmo que a religião católica ainda tenha uma relação muito íntima com o Estado e com a educação, neste contexto, uma boa quantidade de religiões já começaram a surgir e crescer no Brasil, e é também neste momento que as discussões sobre educação, qualidade de educação e de formação ganham mais força. Novamente acompanhando a sociedade, a diversidade religiosa surge no mesmo contexto que as diferenças começam a ser questionadas em nome de uma liberdade. É, portanto, a partir das rupturas das funções mais hegemônicas e gerais que todas as rupturas e as expressões em suas formas mais diversificadas começam a surgir.

Neste sentido, acredito ser bastante relevante trazer este debate para dentro da educação, como uma forma de compreensão de que as crenças, doutrinas, valores e dogmas não são absolutos e sim pontos de vista passíveis de ruptura e transformação e, assim, abrir um espaço para que estes ideais possam ser questionados e, aos poucos, superados – não necessariamente como forma de vida, mas, pelo menos, como formas de vida obrigatória, determinada e verdadeira. Afinal, pode-se viver como quiser, não é necessário parar de

acreditar em determinadas coisas, mas, pelo menos, deve-se viver sabendo e percebendo isso como uma opção, de maneira que abre-se o espaço para o respeito e para o início de debate e de reflexão acerca de novos valores e de novas formas de relação social. Afinal, abrindo-se espaço surgem os conflitos e as novas sínteses que vão continuar transformando o pensamento humano e criando novas formas de convivência social. Afinal, começa a se fazer necessário um questionamento não apenas dos conteúdos, mas das estruturas e formas de relação e organização social que, como colocado, refletem ainda uma autoridade divina e uma relação de poder e repressão.

A educação sempre trouxe a religião como estando acima de contestação, julgamento e reflexão, como uma verdade absoluta. Mas, ao contrário, acredito que o papel educacional seja o de colocar também a religião dentro da discussão, elucidar e retirar dela seu caráter universal desejado e usado por aqueles que desejam a padronização e o controle. Assim, o próprio ensino religioso traria para as escolas esse caráter de emancipação a partir da elucidação da religião.

Desta forma, o ensino religioso, tal qual comecei a idealizá-lo, pareceu indispensável dentro da escola, de maneira que, além de compreender melhor o significado e funções religiosas dentro de uma sociedade, desenvolveria, com mais concretude, a laicidade e o respeito religioso. Neste sentido, seria uma espécie de ensino “religioso-laico”, para pensar e questionar as manifestações religiosas e suas formas de repressão e dominação. Esta denominação de “ensino religioso-laico” pode parecer contraditória, mas ganha sentido neste contexto e ainda mais se levarmos em consideração a origem da palavra Laico, que vem do Grego “laikos” e que significa “do povo”.

A discussão que se inicia a partir da reflexão sobre as influências, significados e ideais religiosos presentes na sociedade, inclusive, se levada ao extremo traz a necessidade de se repensar todo o modelo educacional, que segue uma lógica de autoridade divina e

transmissão de valores prontos e concretos, reprimindo diversos questionamentos e manifestações de uma nova lógica de pensamento. Afinal, faz parte da responsabilidade dos homens reconhecer e tomar atitudes quanto às estruturas que não só legitimam, mas encorajam as agressões e inferiorizações.

Pensando sob uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade e do pensamento coletivo, e, conseqüentemente, das religiosidades e da ciência em direção à liberdade, ficam ainda algumas questões.

Será que toda a forma de religião, tendo um caráter de divindade e superioridade, cerceia a liberdade do homem, escravizando-o? Ou seria possível que alguma religião conseguisse, através do reconhecimento do coletivo, se manifestar sem trazer necessariamente a noção de superioridade do divino e de alguns homens e, portanto, de inferioridade de outros? Seria a religião capaz de superar a hierarquização? Pensando num desenvolvimento, a religião caminharia para seu fim ou para uma nova forma de expressão? Seria a ciência o fim de todo desenvolvimento religioso? É possível considerar algo sagrado, produto de fé, e ainda assim não reproduzir uma hierarquia?

Muitas outras dúvidas e questões podem surgir a partir da reflexão a respeito do papel da religião na sociedade e de seus diferentes significados, mas uma coisa é certa, não dá mais para aceitar as religiosidades, crenças e valores como verdades universais. É necessária uma discussão a esse respeito, especialmente dentro da escola.

O papel da educação, enfim, não é negar a religião, mas entender suas raízes, funções e papel social, compreendendo que nem a religião e nem os valores têm apenas uma expressão correta e determinada. Mas sim que são, assim como a cultura, uma construção histórica que faz parte das crenças e do imaginário humano e que acompanha a forma de organização e dos valores de uma sociedade – ou que um grupo social quer determinar para uma sociedade heterogênea e complexa, impedindo as suas diferentes manifestações.

Sendo assim, acredito que, seja através da matéria Ensino Religioso ou através de outras disciplinas, estas reflexões devem estar presentes nas escolas e em todos os lugares, a fim de refletir e questionar a vida religiosa, sua dominação e suas amarras que impõem doutrinas, comportamentos e valores e, assim, restringem nossa liberdade, pensamento e humanidade, ou seja, a coletividade e o pensamento coletivo. Uma reflexão tal, que poderia repensar todo o modelo de ensino a partir de uma perspectiva não de doutrina e reprodução de tradição, mas de liberdade, reflexão e desenvolvimento do pensamento coletivo.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. **O Que é Religião**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BAKUNIN, Mikhail. **Federalismo, Socialismo, Antiteologismo**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Cortez, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Deus e o Estado**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Textos Anarquistas; seleção e notas de Daniel Guérin**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais: ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BURGUIÈRE, Andre(org). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CARVALHO, Leandro. **História da Igreja Católica**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiag/influencia-igreja-historia.htm>> Acesso novembro 2013.
- CAVALCANTE, Rodrigo. **Os Jesuítas contra-atacam**. In. Revista Super Interessante, ed 317, p. 86-91, Abril/2013.
- CUNHA, Luiz A. **A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica?** Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Ensino religioso nas escolas públicas: a propósito de um seminário internacional**. Educação e Sociedade, v. 27, n. 97, Campinas, set/dez 2006.



- DURKHEIM, Emile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_, **Da divisão do trabalho social**. Paris, PUF, 1960.
- FERNANDES, Patricia Lopes. **A influência da Igreja Católica na educação pública brasileira através do ensino religioso (1889-1937)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FLORES, Moacyr. **Dicionário de história do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- GIOMETTI, Cesar Augusto. **Religião, educação e escola: As ressonâncias da formação religiosa na organização da concepção de mundo e na pratica pedagógica cotidiana dos professores: um estudo interpretativo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- GIUMBELLI, Emerson. **Religião, Estado, Modernidade: notas a propósito de fatos provisórios**. Estudos Avançados, vol. 18, nº 52, São Paulo, Set/Dez 2004.
- HISTÓRIA da Educação no Brasil. In WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_educa%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_educa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil)> Acesso em Novembro 2012.
- HISTÓRIA da Igreja Católica. In WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_da\\_Igreja\\_Cat%C3%B3lica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Igreja_Cat%C3%B3lica)> Acesso em Novembro 2012.

- OLIVEIRA, Fernando Henrique Cavalcante. **O ensino religioso na escola pública: perspectivas, percalços e novos horizontes à luz do clássico Didática Magna de Joao Amos Comenius.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- PRIORE, Mary Del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial.** São Paulo: Ática, 1994.
- SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coord.). **Latinoamericana – Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo, 2006.

# ANEXO

## PÔSTER

